

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

***A INFLUÊNCIA DO CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTURA
DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 1980 A 1999***

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: *Greice Gonçalves Goulart*

Orientador: *Prof. Roberto Meurer*

Membros: *Prof. Francisco Gelinski Neto*

Prof. Francisco Assis de Brito

Área de Pesquisa: Economia Monetária/Economia Agrícola


Palavras-chave: 1 – Crédito rural
2 – Políticas Econômicas
3 – Produção Agrícola

Florianópolis, julho de 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ..oito..... à aluna Greice Gonçalves Goulart , na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.


Banca Examinadora:



Prof. Roberto Meurer
Orientador



Prof. Francisco Gelinski
Membro



Prof. Francisco Assis de Brito
Membro

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todos os dias da minha vida.

Aos meus pais, por todo sacrifício e incentivo para a realização dos meus estudos.

Aos meus irmãos, pela paciência e colaboração durante a minha jornada acadêmica.

Ao meu querido Rafael M. Casali, pela compreensão e incentivo nos meus momentos mais difíceis.

Ao meu orientador e admirável professor Roberto Meurer, pela paciência e dedicação.

A todos os professores do curso de economia que me ensinaram muito mais que teorias e cálculos.

A todos os funcionários do Instituto CEPA/SC, em especial à Amélia, Edina, Aldo e Francisco Assis de Brito, pelo excelente acolhimento que me proporcionaram durante meu período de pesquisa.

As minhas amigas mafiosas Dani, Keila, Liza e Paty, pelos cinco anos de companheirismo e muita alegria.

Enfim, a todos os meus amigos e colegas que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos vocês, muito obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	v
LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	vii
RESUMO	viii

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Formulação da Situação Problema	2
1.2 Objetivos	3
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	3
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	3
1.3 Procedimentos Metodológicos	3
1.3.1 <i>Natureza do Estudo</i>	3
1.3.2 <i>Caracterização do Estudo</i>	4
1.3.3 <i>Técnica de Coleta de Dados</i>	4
1.4 Organização do Trabalho	5

CAPÍTULO II

2. HISTÓRICO DO CRÉDITO RURAL PARA A AGRICULTURA BRASILEIRA DE 1965 A 1979	6
2.1 A Criação do SNCR	6
2.1.1 <i>Da Lei nº 4.829 e seus Objetivos</i>	6
2.1.2 <i>Dos Integrantes e das Fontes de Recursos</i>	7
2.1.3 <i>Das Características do Período 1965 a 1979</i>	8
2.2 Panorama da Economia Brasileira entre 1965 e 1979	14
2.2.1 <i>As Reformas do Governo Militar (1964-1967)</i>	14
2.2.2 <i>Do "Milagre Econômico" à 2ª Crise do Petróleo</i>	16

CAPÍTULO III

3. PANORAMA DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA BRASILEIRA DE	
--	--

DE 1980 A 1999	19
3.1 As Políticas Econômicas Adotadas a partir de 1983	23
3.2 O Plano Cruzado	26
3.3 O Plano Bresser e a Participação do Governo no Mercado Agrícola	28
3.4 O Plano Verão	29
3.5 O Plano Brasil Novo	30
3.6 O Plano Real	33

CAPÍTULO IV

4. A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL ENTRE 1980 E 1999	36
4.1 O Comportamento do Crédito Rural no Brasil de 1980 a 1999	36
4.2 O comportamento do Crédito Rural em Santa Catarina de 1980 a 1999.	42
4.2.1 <i>Comportamento de Alguns Produtos Agrícolas Catarinenses</i>	45
4.2.1.1 <i>Alho</i>	48
4.2.1.2 <i>Arroz</i>	52
4.2.1.3 <i>Batata</i>	56
4.2.1.4 <i>Milho</i>	59
4.2.1.5 <i>Soja</i>	63

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS	68
5.1 Conclusão	68
5.2 Recomendações Finais	70

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
---	-----------

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos.....	73
ANEXO II: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas catarinenses pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos.....	74
ANEXO III: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil por finalidade pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos	75
ANEXO IV: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas catarinenses por finalidade pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos	76
ANEXO V: Gráfico do Rendimento Médio do Alho	77
ANEXO VI: Gráfico do Rendimento Médio do Arroz	77
ANEXO VII: Gráfico do Rendimento Médio da Batata	78
ANEXO VIII: Gráfico do Rendimento Médio do Milho	78
ANEXO IX: Gráfico do Rendimento Médio da Soja	79

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Fontes e Aplicações de Crédito Rural no Brasil	9
TABELA 2: Evolução do Crédito Rural Concedido e outros Indicadores da Política de Crédito entre 1969 a 1980	10
TABELA 3: Indicadores Agregados de Desempenho do Setor Agrícola	13
TABELA 4: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil pelo Sistema Nacional de Crédito Rural	37
TABELA 5: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil por finalidade pelo Sistema Nacional de Crédito Rural	40
TABELA 6: Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas catarinenses pelo Sistema Nacional de Crédito Rural	43
TABELA 7: Área colhida, Produção e Rendimento do Alho.....	49
TABELA 8: Área colhida, Produção e Rendimento do Arroz	53
TABELA 9: Área colhida, Produção e Rendimento da Batata	57
TABELA 10: Área colhida, Produção e Rendimento do Milho	60
TABELA 11: Área colhida, Produção e Rendimento da Soja	64

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil pelo Sistema Nacional de Crédito Rural	38
GRÁFICO 2: Porcentagem média entre 1980 e 1999 dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas brasileiros segundo a finalidade	41
GRÁFICO 3: Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas De todo o Brasil Segundo a finalidade	42
GRÁFICO 4: Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas catarinenses pelo Sistema Nacional de Crédito Rural	44
GRÁFICO 5: Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas Catarinenses por finalidade pelo Sistema Nacional de Crédito Rural	44
GRÁFICO 6: Evolução da Produção e da Área Colhida do Alho	49
GRÁFICO 7: Evolução da Produção e da Área Colhida do Arroz	54
GRÁFICO 8: Evolução da Produção e da Área Colhida da Batata	58
GRÁFICO 9: Evolução da Produção e da Área Colhida do Milho	61
GRÁFICO 10: Evolução da Produção e da Área Colhida da Soja	65

RESUMO

Este trabalho apresenta a evolução do crédito rural entre os anos de 1980 e 1999 no Brasil e a sua influência na agricultura do estado de Santa Catarina.

Desde 1965, quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, até meados de 1980, o Governo Federal disponibilizava grande volume de recursos para financiamentos no setor rural. Neste período, havia uma certa facilidade de expandir estes créditos e, apesar de serem direcionados, na sua maioria, para médios e grandes produtores, as condições de repasse destes benefícios eram consideradas boas.

A disponibilidade de recursos para o crédito rural sempre foi dependente das políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal, sendo que este objetivava equilibrar suas contas. Como a economia brasileira entra em uma forte turbulência na década de oitenta, provocada pelas altas taxas de inflação, a disponibilidade de recursos para o setor primário torna-se cada vez mais reduzido. Contudo, observa-se que a produção agrícola em Santa Catarina vem aumentando seu volume produzido no decorrer do mesmo período (1980 – 1999).

Portanto, este trabalho faz uma análise das políticas econômicas adotadas pelo Governo Federal durante os anos de 1980 e 1999, bem como aponta diversos fatores que influenciaram a produção agrícola em Santa Catarina durante o período analisado.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

O crédito rural foi inicialmente concedido aos agricultores brasileiros através do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, implantado no ano de 1965 e que nasceu com o objetivo de estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais; financiar o custeio oportuno e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer os produtores rurais, particularmente os pequenos e médios; e facilitar a introdução de métodos racionais de produção no setor agrícola (Sayad, 1984).

Há pouco mais de 100 anos, a agricultura brasileira era de base escravista, sendo substituída pelo sistema de peonagem. De 1965 para cá, ano que foi criado o SNCR, as economias mundiais passaram por muitas transformações, resultando em uma exarcebada globalização nos dias atuais, da qual ninguém consegue evitar, nem mesmo o setor agrícola do país que acaba sendo atingido pelos reflexos desta globalização.

De 1965 até meados de 1980, estes créditos foram concedidos de forma “barata” aos agricultores, ou seja, havia uma certa facilidade de expansão deste crédito e boas condições de repasse para os beneficiados.

Contudo, dos anos oitenta até os dias atuais, o volume de crédito concedido cai substancialmente, apresentando uma queda constante ao longo desses últimos vinte anos, tornando-se assim cada vez mais “caro”, ou seja, além da limitação de recursos disponíveis para o agricultor, o processo de concessão de crédito rural torna-se cada vez mais difícil para os produtores em geral, mas principalmente para pequenos e médios produtores.

Toda e qualquer política adotada pelo Governo visa, não só o equilíbrio do mercado interno, como também do mercado externo.

Sendo assim, o Governo é a peça fundamental deste jogo; é dele que parte a maior parcela dos recursos que são destinados aos agricultores, tendo os bancos como principais intermediadores. Sendo assim, é o Governo quem determina o volume creditício a ser concedido a cada ano.

As decisões referentes à disponibilidade de recursos para o setor agrícola, vêm de encontro às medidas econômicas adotadas pelo governo que tinham como principais objetivos durante toda a década de oitenta e noventa, o controle da inflação, dos gastos públicos e a administração da dívida externa.

Portanto, a diminuição da concessão destes créditos são resultados de diferentes políticas econômicas adotadas nos diferentes governos instalados durante os últimos vinte anos.

Como referenciado anteriormente, apesar da redução do volume de crédito rural a produção agrícola em Santa Catarina neste mesmo período apresenta-se em expansão.

Este fato nos leva a entender que não é apenas o crédito rural que determina a produção agrícola. Há uma série de condicionantes que influenciam na evolução do setor primário, como o mercado internacional, o estabelecimento de uma política de preços mínimos e até mesmo as condições climáticas durante o desenvolvimento de cada cultura.

As contribuições deste estudo visam esclarecer como funcionou a evolução do crédito no Brasil e, conseqüentemente em Santa Catarina, através da análise das políticas econômicas adotadas, bem como o comportamento do volume creditício concedido para financiamentos a produtores e cooperativas em Santa Catarina, bem como o comportamento da produção agrícola de alguns produtos no período de 1980 a 1999.

1.1 Formulação da Situação-Problema

Após esta breve apresentação do tema proposto, o trabalho pretende responder: Qual a influência do crédito rural sobre a produção agrícola em Santa Catarina?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar se a evolução do crédito rural entre 1980 e 1999 é uma variável determinante para a agricultura de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Fazer uma breve caracterização da agricultura brasileira e catarinense;
- 2) Verificar as políticas econômicas adotadas no período de 1980 a 1999;
- 3) Identificar as maiores dificuldades dos financiamentos, tanto por parte do cedente como por parte do tomador;
- 4) Analisar a evolução do crédito rural no Brasil, bem como no estado de Santa Catarina;
- 5) Identificar outros fatores que não o crédito rural que influenciam a produção agrícola como um todo.

1.3 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Natureza do Estudo

Este estudo visa analisar a evolução do crédito rural no Brasil e em Santa Catarina em um período que compreende os anos de 1980 a 1999, enfocando principalmente as políticas econômicas adotadas no mesmo período, sendo estas as responsáveis pela concessão de créditos para a

economia como um todo. Portanto, o estudo utiliza métodos quantitativos, tanto para a pesquisa como para a análise do mesmo.

Contudo, este estudo apresentará trechos que se identifiquem com a abordagem qualitativa, devido às diversas descrições das políticas econômicas adotadas e que tangem o campo da macro e da microeconomia.

1.3.2 Caracterização do Estudo

Segundo o objetivo geral já exposto, este trabalho pode ser caracterizado como exploratório e explicativo.

É exploratório porque permite ao investigador aumentar sua experiência em torno de um problema específico. O estudo exploratório se faz necessário, neste caso, para uma melhor exploração dos dados pertinentes à pesquisa e para um melhor embasamento teórico para uma posterior análise dos dados.

É explicativo pois, neste caso, os dados coletados no período de “exploração” da pesquisa serão explicados por ações do Governo e o porquê das atitudes do mesmo.

1.3.3 Técnica de Coleta de Dados

Como técnica de coleta de dados foi utilizado neste trabalho, o recolhimento de dados em documentos já disponíveis aos pesquisadores no Banco Central do Brasil e no Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto CEPA/SC.

Também se analisam políticas e depoimentos sobre o assunto concedido pelo economista Francisco Assis de Brito, do Instituto CEPA/SC.

1.4 Organização do Trabalho

O capítulo II traz um breve histórico do crédito rural desde quando foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 até 1980, analisando políticas adotadas neste período.

O capítulo III apresenta um breve panorama da economia brasileira entre os anos de 1980 a 1999, descrevendo e analisando as principais medidas econômicas adotadas nos diferentes governos instalados neste período, as quais foram determinantes para a concessão de crédito destinado à agricultura.

O capítulo IV, por sua vez, demonstra e analisa a evolução do crédito rural no Brasil e principalmente em Santa Catarina, bem como o comportamento da produção, da área colhida e do rendimento dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, sendo eles o alho, o arroz, a batata, o milho e a soja.

CAPÍTULO II

2 HISTÓRICO DO CRÉDITO RURAL E DA AGRICULTURA BRASILEIRA DE 1965 a 1979

2.1 A Criação do SNCR

O Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – foi criado e institucionalizado em 1965 pela Lei nº 4.829 de 05 de novembro deste mesmo ano, e regulamentado pelo Decreto 58.380 de 10 de maio de 1966. Desde então, tornou-se o principal instrumento do Governo brasileiro para a execução de sua política agrária, visando o desenvolvimento do setor rural brasileiro.

2.1.1 Da Lei nº 4.829 e seus Objetivos

Durante todo o período de 1965 a 1979, houve uma preocupação especial do governo com o setor rural. Tal setor se refere ao setor primário da economia brasileira, responsável pela produção e comercialização de matérias-primas tanto para o consumo da população interna, como para o fornecimento de insumos básicos para indústrias, e também como fonte de produtos primários que tinham como destino a exportação.

Tendo em vista tal importância, a Lei de nº 4.829 citada acima, em seu artigo 1º estabeleceu que: “o Crédito Rural sistematizado nos termos desta Lei, será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do País, tendo em vista o bem estar do povo”. Complementou no seu artigo 2º: “considera-se crédito rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares, a produtores rurais

ou a suas cooperativas, para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor”.¹ E ainda propõe o objetivo de “estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais”; financiar “o custeio oportuno e a comercialização de produtos agropecuários”; “fortalecer os produtores rurais, particularmente os pequenos e médios”, e facilitar a introdução de “métodos racionais de produção no setor agrícola”.²

2.1.2 Dos Integrantes e das Fontes dos Recursos

O SNCR, quando criado, era constituído por *elementos básicos*, integrando os seguintes estabelecimentos oficiais: Banco Central do Brasil – Bacen, Banco do Brasil S.A., Banco de Crédito da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco Nacional de Crédito Cooperativo; por *órgãos vinculados*: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. O IBRA e o INDA foram fundidos e formaram o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; e finalmente, por *órgãos auxiliares*: bancos de que os estados participem com a maioria das ações, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimentos, e por bancos privados. Todos os órgãos tinham o propósito de compartilhar a tarefa de financiar a agricultura entre instituições financeiras públicas e privadas.

Parte dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural advinham do setor público, pela administração de Fundos e Programas (recursos fiscais e para-fiscais) realizados pelo Banco Central, e pelos “recursos não especificados” do Orçamento Monetário vigente nas “contas em aberto”. Também provinham da captação de recursos externos e da oferta expansionista do crédito por parte do Banco do Brasil, coberta pela emissão monetária. Tais instrumentos agiam de forma a cobrir a diferença entre as necessidades do Programa de Crédito Rural e o volume de crédito vindo das exigibilidades sobre os depósitos à vista “líquidos”

¹ GUIMARÃES, M.K. *Crédito Rural: enfoques da política agrária brasileira*. São Paulo: Nobel [19--]

² SAYAD, João. *Crédito Rural no Brasil: avaliação das críticas e das propostas de reforma*. São Paulo: FIPE, 1984.

dos bancos comerciais privados. Estas exigibilidades bancárias são porcentagens sobre todos os depósitos à vista, onde os bancos devem remetê-los ao financiamento da agricultura, podendo estas porcentagens variar conforme definição do Bacen.

Outra parte destes recursos provinha da presença dos bancos privados neste Sistema, através das exigibilidades impostas a eles sobre os depósitos à vista. Esta parcela de recursos é chamada de recursos “não-inflacionário”, por não estarem suscetíveis às variações da inflação da época, ou seja, são recursos que não exigem emissão de moeda. (Leite, [19--])

2.1.3 Das Características da Concessão de Crédito Rural no Período 1965 a 1979

As características da concessão de crédito rural no Brasil no período de 1965 a 1980 eram bem definidas: a oferta de crédito rural foi crescente, apresentando uma pequena contração entre 1966 e 1967, e uma grande expansão até 1980. Havia uma certa facilidade na expansão desses créditos, bem como nas condições de repasse aos beneficiados. Neste período, também contavam com a presença significativa das fontes de recursos do Tesouro Nacional, tendo o Banco do Brasil como principal agente intermediador.

A política de administração dos créditos se fazia sob a vigência do Orçamento Monetário e da parceria do Bacen³ através de dois mecanismos: uma expansão *passiva* de crédito, precedida da entrada de depósitos, fundos fiscais e para-fiscais e outros recursos previamente disponíveis; e uma expansão *ativa* de crédito, com a atuação do Banco do Brasil para o suprimento da demanda setorial.

Pela tabela 1 a seguir, pode-se observar que até 1974 a expansão do crédito rural é em grande parte expansão passiva, advindas da aplicação compulsória dos depósitos à vista dos bancos comerciais em financiamento à

³ A parceria BACEN/Banco do Brasil funcionava da seguinte forma: o Banco do Brasil concedia a quantidade de crédito que ele achava necessário aos agricultores, e depois sacava os valores

agricultura; de recursos fiscais, para-fiscais e de origem externos (empréstimos do Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e Acordo do Trigo principalmente), administrados pelo Bacen; e, de saldos de depósitos a vista do Banco do Brasil.

TABELA 1
Fontes e Aplicações de Crédito Rural no Brasil
Saldo em final de período (1965-1980) - Em Milhões Correntes

Ano	Aplicações (A)	Fontes				1+2 Dividido por A %	1+2+ dep. a vista do B.B. dividido por A %
		(1) Exigibilidades dos bancos comerciais	(2) Recursos de Fundos e Prog. Agric. do BACEN	(3) Recursos não esp. das Aut. Monet.			
				Outros	Dep. A vista do B.B.		
1965	1.327	-	n.d.	n.d.	1.365	n.d.	100,00
1967	3.127	711	n.d.	n.d.	2.253	-	64,79
1971	17.619	2.516	3.008	622	7.735	31,35	72,25
1972	24.519	3.184	4.431	932	9.574	31,05	70,10
1973	36.849	7.100	8.803	5.422	14.631	43,16	82,86
1974	63.135	9.233	11.632	16.134	20.681	33,05	65,58
1975	105.392	13.658	20.518	18.219	27.475	32,43	58,50
1976	159.011	17.579	29.470	27.243	36.879	29,59	52,78
1977	227.286	22.172	40.211	52.422	45.035	27,45	47,26
1978	270.009	29.743	39.507	69.400	61.992	25,65	48,61
1979	461.313	49.768	52.402	127.870	113.301	22,15	46,71
1980	791.822	78.401	112.111	189.219	169.851	24,05	45,41

FONTE: DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985*. 1985.

(1) Compreende a parcela de depósitos a vista dos bancos comerciais (exceto o Banco do Brasil) compulsoriamente aplicáveis em crédito rural.

(2) Recursos de Fundos e Programas de Fomento Agrícola, cuja fonte é de origem fiscal (Imposto de Exportação, Quota de Contribuição, etc.) ou de recursos externos (Acordo do Trigo, financiamentos do Banco Mundial, BID e outros) para o setor rural.

(3) O item "Outros" compreende Recursos Líquidos do Tesouro Nacional mais Depósitos em Moeda dos Bancos comerciais nas Autoridades Monetárias.

O Banco do Brasil teve uma participação média de 33,22% do total de aplicações no período acima. Mantém certo equilíbrio os recursos originários de Recursos de Fundos e Programas de Fomento Agrícola e Recursos Líquidos do Tesouro Nacional mais depósitos em moeda dos bancos comerciais na Autoridade Monetária denominado na tabela 1 de "Outros".

referentes aos créditos concedidos em uma conta vinculada com o Banco Central do Brasil, chamada conta movimento, que veio a ser extinta em 1986.

Portanto, nota-se a pequena participação dos bancos comerciais no processo de concessão de crédito. Tal fato chama a atenção do governo, que tenta aumentar a participação desses bancos como veremos mais adiante.

A distribuição dos recursos do crédito quanto à sua finalidade era diferenciada pelos tomadores a cada intervalo deste período. Pode-se observar na tabela 2 que a maior parte dos recursos, ao longo do período 1969 a 1980 concentrou-se no crédito de custeio com 45,98%, em média, do total de crédito financiado, seguido pelo crédito de investimento com cerca de 28,15% e, por fim, pelo crédito comercial com 25,86% de participação, em média.

TABELA 2
Evolução do Crédito Rural concedido e outros indicadores da Política de Crédito entre 1969 a 1980 - Em Milhões de Cruzeiros

Anos	Crédito de Custeio Milhões Cr\$ de 1977	Crédito de Investimento Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Comercial Milhões Cr\$ de 1977	Crédito Rural Total. Índice de Valor Real – Base 1969	Crédito Rural Total Milhões Cr\$ Correntes	Taxa Nominal de Juros	Taxa de Inflação
1969	25.873,8	15.649,8	14.176,8	100,00	6.489,0	18,0	20,8
1970	29.543,7	17.982,1	18.719,9	118,97	9.428,0	17,0	19,8
1971	24.957,7	16.918,4	15.475,5	137,47	12.870,0	7,0	20,2
1972	29.610,7	23.522,7	17.985,9	170,49	18.669,0	15,0	17,0
1973	42.949,3	33.278,8	24.384,5	240,62	30.334,0	15,0	15,1
1974	56.003,0	37.652,7	30.726,0	297,56	48.273,0	15,0	28,7
1975	79.480,2	56.683,5	45.172,5	433,76	89.997,0	15,0	27,7
1976	78.399,1	60.233,2	47.149,5	444,93	130.226,0	15,0	41,3
1977	78.428,4	40.236,0	47.193,9	396,75	165.858,0	15,0	42,7
1978	80.437,0	42.122,4	46.108,5	403,45	233.942,0	15,0	38,7
1979	104.730,3	52.020,8	51.476,8	503,13	448.731,0	38,0	53,9
1980	113.720,9	37.700,9	49.558,9	481,11	825.397,8	45,0	100,2

FONTE: Banco Central do Brasil – GERUR

“Crédito Rural – Dados Estatísticos – 1982, dados corrigidos para 1977 pelo Índice 2 da Conjuntura Econômica”.

Observa-se também que a política de financiamento rural tem uma característica expansionista desde 1967, quando foi realmente institucionalizada, até 1976, sendo este período marcado por um crescimento inusitado das aplicações reais de crédito. Já em 1977, o governo começa revelar seu lado contencionista da política monetária, puxando para baixo o volume de crédito concedido.

Outra característica pertinente a este período de farta concessão de crédito rural diz respeito aos diferentes tipos de tomadores. Em uma pesquisa em seu livro *Crédito Rural no Brasil*, João Sayad confirma tal afirmação. Em uma amostra, Sayad definiu três critérios: tamanho, liquidez e rentabilidade. Nesta pesquisa, pôde-se observar que os agentes financeiros, responsáveis pela distribuição do crédito, alocam parcelas maiores dos recursos a agricultores que possuam maior extensão de terra, apresentarem maior liquidez e demonstrarem um menor risco. Isto faz com que uma parcela muito grande de pequenos agricultores fique praticamente excluída do programa devido às barreiras impostas acima.

Isto pode ser explicado pela taxa de juros fixada neste período para a concessão do crédito rural: este era concedido aos agricultores a uma taxa de juros real negativa, ou seja, a uma taxa de juros menor que a taxa de inflação da época. Este fato gera uma série de consequências graves, começando pela má distribuição da renda na agricultura. Os agentes econômicos responsáveis pela intermediação do crédito efetuam a concessão dos recursos aos agricultores que possuam maior liquidez ou que apresentarem menor risco. Mesmo que o crédito rural seja administrado por bancos oficiais e de desenvolvimento que, teoricamente, deveriam preocupar-se com o "social", estes também não concedem crédito a qualquer agricultor pois, como qualquer organização bancária, precisam diminuir o volume de inadimplência. Portanto, isto gera uma outra consequência, pois faz com que os bancos privados tenham uma participação mínima na concessão de recursos do crédito rural.

Esta política de concessão de crédito a uma taxa de juros menor que a taxa de inflação, é também conhecida como crédito subsidiado (e implicitamente), sendo considerado bom para os agricultores mas também um gasto para o Governo, como explica Sayad:

"Quando o Governo concede empréstimo rural a taxas de 45% a.a., não realizou nenhum desembolso. Apenas concedeu um empréstimo que será devolvido 8 meses depois. Trata-se, portanto, de uma operação financeira de empréstimo e não de um gasto. Quando, entretanto, o agricultor devolve o empréstimo obtido, mais os juros, devolve quantia insuficiente para renovar os empréstimos para a próxima safra. Pois, se a inflação foi de 100% a.a., por exemplo, para financiar nova safra o Governo precisa dos

empréstimos do ano anterior, mais 100%. Mas o agricultor está devolvendo apenas o empréstimo, mais 45%. A diferença entre estas duas quantias precisa ser coberta pelo Governo, para continuar o financiamento a agricultura, e nesse sentido representa um 'gasto'" (Sayad, 1984, p. 106).

Este "gasto" gera duas polêmicas: uma que representa um gasto distribuído de maneira desigual, como foi citado acima. Outra, porque, pressionando as contas do Governo, acaba por pressionar a base monetária e, conseqüentemente, a liquidez da economia e a inflação.

Contudo, segundo Sayad (1984), a manutenção de uma política de juros abaixo da inflação não consegue aumentar o investimento na agricultura em relação a outros setores devido à possibilidade de substituição, pelos tomadores, entre o capital próprio e o capital do governo. O autor complementa ainda que, no ano agrícola 1970 – 1971, em média, 70% dos recursos do crédito rural eram aplicados em termos líquidos na agricultura, ou seja, a cada um cruzeiro do Programa de Crédito Rural, os agricultores retiravam aproximadamente trinta centavos de recursos próprios, que seriam aplicados em algo mais rentável. E este resultado varia de acordo com as características de cada tomador: para cada cem cruzeiros obtidos pelo crédito rural, os *grandes* tomadores (que apresentam maior índice de liquidez e maior tamanho) conseguiam retirar até oitenta ou noventa cruzeiros de recursos próprios, ou seja, apenas 20% ou 10% do total contratado era realmente aplicado na agricultura, enquanto os tomadores de menor tamanho (com baixo índice de liquidez e menor tamanho), aplicavam de 140% a 150% dos recursos, isto é, aplicavam os cem cruzeiros do crédito rural e acresciam ainda de quarenta a cinquenta cruzeiros de recursos próprios.

Sayad (1984) denomina tal fato de "desvio do crédito rural", pois refere-se a parte dos recursos próprios do agricultor que financiaria a atividade agrícola e que, no entanto, é "desviada" para uso mais rentável para o tomador do crédito rural.

Essa possibilidade de desvio, de substituição do capital próprio pelo capital do governo, se dá principalmente após a abertura do mercado financeiro geral, conseqüência das reformas econômicas ocorridas paralelamente neste período.

A propósito, as reformas incluíam os subsídios às exportações de produtos primários, através de isenções, créditos fiscais e taxas de juros favoráveis. Assim, sob o ponto de vista do comércio exterior, Delgado (1985) analisa o papel da agricultura sob o aspecto da evolução do seu *saldo de divisas*. De um lado, a importação de meios de produção para a agricultura e, de outro, a importação de produtos agrícola que complementam o mercado interno brasileiro.

Para uma melhor análise do mercado externo agrícola, a tabela 3 permite que se identifiquem algumas modificações importantes durante o período entre 1967 a 1980.

No início, as exportações agrícolas comandavam as exportações da economia, com uma participação de cerca de 80%. Já os produtos básicos (na época predominava o café), dominavam as exportações que revelam uma certa estagnação até 1968. Pelo lado das importações, os valores em dólares de insumos modernos como meios de produção são relativamente pequenos até 1971, elevando-se para mais de 15% da exportação agrícola nos anos subsequentes.

TABELA 3
Indicadores agregados de desempenho do setor agrícola

US\$ Milhões Correntes

Anos	<u>Exp. Agrí.</u> Exp. Total (%)	<u>Exp. Agrí.</u> PIB Agrí. (%)	<i>Exportações</i> Agricultoras – XA		<i>Importações</i> Agricultoras - MA		<i>Saldo de Divisas</i>	
			Básicos	Elabora- dos	Meios de prod. PI agric.	Prod. Agrí. PI outros setores	MA/XA (%)	Saldo Absoluto (XA-MA)
1967	83,3	44,7	1.143,8	201,5	128,5	332,8	34,2	884,0
1968	84,3	49,1	1.330,0	255,1	182,9	346,8	33,4	1.055,5
1969	79,5	52,0	1.573,4	263,9	184,6	310,4	26,9	1.342,3
1970	76,2	55,6	1.750,9	336,9	230,4	324,5	26,7	1.532,9
1971	71,3	45,7	1.737,9	333,2	247,6	345,7	28,7	1.476,9
1972	68,8	53,3	2.321,4	424,7	397,2	374,2	28,1	1.974,9
1973	73,2	62,8	3.722,1	817,8	488,6	772,6	27,8	3.278,7
1974	66,8	54,9	4.044,0	1.265,9	1.218,1	1.150,7	44,6	2.941,1
1975	60,6	48,6	4.022,9	1.227,0	1.162,2	882,3	38,9	3.205,4
1976	64,7	50,8	5.098,9	1.450,4	1.052,6	1.124,5	33,2	4.372,2
1977	66,8	48,8	6.085,2	2.007,3	1.147,6	962,5	26,0	5.982,4
1978	57,2	41,4	4.990,2	2.254,6	1.374,1	1.422,4	38,6	4.448,3
1979	53,5	42,9	5.340,4	2.820,4	1.775,1	2.143,4	48,1	4.242,3
1980	50,2	48,6	6.752,0	3.361,9	2.538,0	2.207,5	48,8	5.368,0

FONTES: IBGE; IPLAN/IPEA

Os insumos modernos (agrotóxicos, defensivos químicos) têm um peso relevante na constituição das características deste período. Com a criação do SNCR em 1965, com a implantação da política de substituição de importações de meios de produção para a agricultura orientada pelo segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, e por uma certa folga cambial nas transações externas possibilitaram a introdução maciça das transformações da base técnica da agricultura. Segundo Delgado (1985), o final dos anos 60 é considerado um marco de constituição do chamado Complexo Agroindustrial – CAI – brasileiro, denominada ainda por alguns autores de *industrialização do campo*. Este processo é caracterizado por ser um setor industrial produtor de meios de produção para a agricultura. Paralelamente moderniza-se um mercado nacional de produtos agrícolas industrializados, dando origem assim a um sistema de agroindústrias, tendo sua produção em parte dirigida ao mercado interno e parte dirigida à exportação.

O volume de crédito concedido por finalidade e as taxas de juros negativas, dentre outras, constituem-se num dos principais instrumentos do Estado aos interesses agroindustriais. Por meio de uma política expansionista, observada praticamente em todo o período, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se assim um mercado consolidado para esse CAI.

2.2 Panorama da Economia Brasileira entre 1965 e 1979

A criação do SNCR foi uma das diversas implantações políticas e econômicas oriundas das reformas que caracterizavam a economia brasileira neste período. Tais reformas abrangem as áreas financeira, fiscal e monetária.

2.2.1 As Reformas do Governo Militar (1964 – 1967)

As reformas aqui mencionadas têm seu início com o governo militar comandado pelo general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 – 1967).

Através do *Programa de Ação Econômica do Governo* – PAEG, este objetivava acelerar o ritmo de crescimento econômico do país, reconquistar a confiança e a credibilidade no exterior e corrigir as distorções da economia, principalmente contendo o processo inflacionário durante os anos de 1964 e 1965.

As altas taxas de inflação podem ser explicadas, dentre outros motivos, pelo excesso de crédito subsidiado, pois isto faz com que os meios de pagamentos se expandam para cobrir esses gastos⁴, já que nesta época, os planos de gastos do governo eram excessivos em relação à capacidade de tributação e endividamento do Tesouro Nacional.

Nesse sentido, a reforma *fiscal* elevou e racionalizou a carga tributária, tanto pela criação de novos impostos indiretos sobre o valor adicionado, como pela ampliação da base tributável e maior progressividade do imposto de renda. Com o lançamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN, o Governo recuperou a capacidade de endividamento sujeita à cláusula de correção monetária (Belluzzo, 1992); ou seja, as ORTNs eram títulos negociáveis da dívida pública emitidas pelo Governo Federal, que rendiam juros e correção monetária mensais, de acordo com os índices oficiais de inflação, reduzindo assim o risco de aumentos na inflação. Tinha como finalidade, assim, cobrir os déficits orçamentários e atender a investimentos do Governo Federal.

Já em relação à moeda e ao crédito, o regime militar, para garantir uma boa administração monetária, criou o Banco Central do Brasil e constituiu o Conselho Monetário Nacional. “A maior preocupação das reformas era assegurar um adequado financiamento do setor público, de modo a evitar o uso de expedientes inflacionários na cobertura dos déficits eventuais e, simultaneamente, estimular a poupança privada, cujo volume insuficiente era identificado como o problema crucial do crescimento econômico”. (Belluzzo, 1992)

A implantação do PAEG acaba por provocar perdas em todos os setores da economia; perdas estas ocasionadas pela queda da produção e dos negócios, falência das empresas nacionais, sendo ainda que algumas passam a ser controladas pelo capital externo, queda nos salários e aumento do desemprego.

⁴ Segundo Sayad, a concessão de crédito rural pelo governo federal é considerada um gasto, porque o mercado não resolve o problema do crédito, tendo os agricultores que recorrerem aos financiamentos juntos aos bancos, já que é do próprio interesse do governo lançar estes financiamentos subsidiados a fim de incrementarem a área plantada, objetivando uma maior produção.

Contudo, o Governo consegue lançar as bases do desenvolvimento a longo prazo, estando o país preparado para retomar o crescimento econômico em ritmo acelerado, com plena garantia ao capital estrangeiro (Brum, 1993). Somente a partir de 1968 é que o regime militar começa a ver os resultados de sua política macroeconômica.

2.2.2 Do “Milagre Econômico” à 2ª Crise do Petróleo

O governo seguinte, liderado pelo general Artur da Costa e Silva (1967-1969) estabeleceu o seu próprio *Plano Estratégico de Desenvolvimento* – PED, para o período 1968-70. Este, implantava uma política de crescimento acelerado e auto-sustentado por meio da substituição de produtos importados. Tal plano abrangia setores como a agricultura, indústria, energia, transportes, entre outros. Contudo, a idéia do crescimento auto-sustentado foi abandonada pelo Governo, por diversas causas tendo como principais: a poupança interna, por não ser suficiente para atender ao desenvolvimento auto-sustentado, no ritmo acelerado desejado; o esgotamento da capacidade da indústria nacional de substituir importados; e pelo mercado internacional ser favorável à captação de poupanças externas para acelerar o desenvolvimento nacional. (Furtado, 1981)

O PED não reduziu as elevadas taxas de inflação no período 1967-1970, mas conseguiu controlar a elevação das taxas. Ocorreu uma intensa industrialização no período 1968-1973, e uma internacionalização da economia com a participação crescente das empresas multinacionais, principalmente no setor industrial de bens de consumo durável. Tal período foi denominado de “milagre econômico brasileiro”⁵, caracterizado não só pelo alto crescimento econômico puxado pela indústria, pela inflação com taxas declinantes e pelo

⁵ A expressão “milagre econômico brasileiro”, segundo Argemiro Brum, é oriundo de fenômenos semelhantes ocorridos na Alemanha Ocidental e no Japão em décadas anteriores. Nos anos cinquenta, por exemplo, a indústria alemã (e conseqüentemente a economia) emergia do caos do final da Segunda Guerra Mundial com um extraordinário vigor. Tal fato, difícil de ser explicado devido a rapidez com que ocorria, foi rotulado pela imprensa e outros profissionais como sendo o “milagre alemão”.

aumento da dívida externa, mas também pelo aumento das reservas internacionais.

Vale ressaltar também, que no ano de 1968 foram iniciadas as operações de *open-market*⁶, sendo utilizado como uma política monetária, controlando assim a oferta de moeda e a taxa de juros. No início, as operações eram lastreadas pelas ORTNs. A partir de 1970, o Governo começou a emitir Letras do Tesouro Nacional – LTN de curto prazo para fazer o mesmo controle.

A Junta Militar que assumiu o Governo em 1969, aprovou o *Programa de Metas e Bases de Ação do Governo* para o período de transição de 1970-71. O referido programa dava ênfase à integração regional, sobretudo o Nordeste com a Amazônia e o Planalto Central.

No período de 1969 a 1974, o general Emílio Garrastazu Médici pôs em prática seu plano de governo, mais conhecido como o primeiro *Plano Nacional de Desenvolvimento* – I PND para o período 1972-74, como continuação do Plano do Governo anterior. Assim, estabeleceu a região de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais pólo de desenvolvimento, pois “essa região seria capaz de assegurar a expansão das indústrias, com o aporte científico e tecnológico nacional decorrente de um sistema educacional avançado”, e dessa região “os investimentos se expandiriam, atenuando ou mesmo removendo as desigualdades e possibilitando o nivelamento das regiões brasileiras” (Furtado, 1981). Mas, ao final, o que ocorreu foi a centralização da atividade industrial naquela região, bem como a centralização do capital na mesma.

Contudo, o I PND alcançou alguns dos seus objetivos: o acelerado crescimento da economia registrou um aumento nas exportações, a conta capital do balanço de pagamentos teve suas reservas internacionais elevadas e o Produto Interno Bruto – PIB cresceu substancialmente. Mas, a preocupação que este governo teve de lançar o Brasil no mercado internacional trouxe uma certa dependência externa devido à maior entrada de capital de empréstimo externo tomado pelo governo, pelas empresas multinacionais e estatais, pela maior participação das multinacionais na economia brasileira e pela criação de maiores incentivos à exportação, em função da maior oferta interna de produtos agrícolas.

⁶ *Open-Market* ou mercado aberto, é o mercado pelo qual o Banco Central de cada país regula o fluxo da moeda comprando e vendendo seus títulos (de dívida pública).

A situação piora quando ocorre a primeira *crise do petróleo* em outubro de 1973. A elevação do preço do petróleo, e de seus derivados, tiveram reflexos profundos em toda a economia mundial. O Brasil sentiu tais reflexos por ser um país dependente e importador. A crise não atingiu a balança de pagamentos brasileira devido ao aumento da receita com a elevação dos preços em alguns de seus produtos de exportação e também devido às reservas disponíveis em moeda estrangeira. Todavia, os aumentos continuados dos combustíveis provocaram uma subida de preços dos transportes, fertilizantes e vários outros produtos, reabastecendo assim a inflação.

É neste cenário de crise que o general Ernesto Geisel assume o Governo de 1974 até 1979. Este, pôs em vigor o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, dando uma certa continuidade aos planos anteriores. O II PND visava uma maior expansão do mercado interno, orientando sua atenção à indústria de substituição de importados, principalmente de bens de capital e insumos básicos. Também orientou esforços para o incentivo à exportação de produtos primários não-tradicionais, semimanufaturados e manufaturados. Para tanto, juntou-se ao Plano Siderúrgico Nacional programas setoriais para papel e celulose, metais não-ferrosos, fertilizantes, defensivos agrícolas e produtos petroquímicos.

Ao final do ano de 1978, a economia brasileira apresentava uma alta taxa de inflação, um desequilíbrio na balança de pagamentos, uma crescente dívida externa, e a ameaça de uma grande crise nos combustíveis devido à enorme dependência da importação de petróleo. Além disso, em 1979 ocorre a segunda crise do petróleo, encarecendo ainda mais as importações brasileiras.

CAPÍTULO III

3. PANORAMA DA ECONOMIA E DA AGRICULTURA BRASILEIRA DE 1980 A 1999

A economia brasileira foi marcada por uma forte inflação durante toda a década de 80; até o final de 1985 e início de 1986, o país atravessa um período com elevadas taxas de inflação, as maiores até então. A dívida externa aumentava mais e mais a cada ano. Todas as políticas econômicas adotadas nesta década visavam controlar a inflação, administrar o pagamento da dívida externa e frear o déficit público. Para tanto, o Governo utilizou-se de ajustes ortodoxos, ou seja, adotou uma política monetária e fiscal restritiva, como por exemplo a contração salarial em 1981, o aumento da taxa de juros, cortes na concessão de crédito, entre outros.

Tal recessão afetou todos os setores da economia. E assim como toda a economia, o setor primário sofreu os reflexos das medidas tomadas, como veremos mais adiante no capítulo 4, principalmente com as medidas direcionadas para o setor agrícola, já que são estas que definem todo o mecanismo da concessão de crédito.

Dos anos 70 para os anos 80 muitas mudanças aconteceram no cenário econômico e social do Brasil. Na agricultura catarinense, bem como na agricultura brasileira de modo geral, o ponto mais crítico das mudanças foi no que diz respeito ao crédito. Afinal, a concessão de crédito é considerada um gasto para o governo, pois além de exigirem grande volume de recursos, estes são ainda subsidiados. Como o Governo se depara, nos anos 80, com uma economia em crise, com altos níveis de inflação e com um rombo no orçamento público, este se vê obrigado a reduzir seu gasto, objetivando a redução do déficit público, tomando medidas como, por exemplo, o corte de recursos para a concessão de crédito.

Desde quando o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR – foi criado, a disponibilidade de recursos para créditos direcionados ao setor rural bem como os seus subsídios são modificados constantemente, como por exemplo, a criação de níveis diferenciados de cobertura do Valor Básico de Custeio – VBC⁷ – e de taxas de juros diferenciadas de acordo com a classificação do produtor e por finalidade.

Vale ressaltar aqui que as finalidades se dividem em custeio, investimento e comercialização. O crédito de *custeio* destina-se ao atendimento das despesas normais como o ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa. Classifica-se como de *investimento* o crédito com predominância de verbas para inversões fixas e semifixas, ao amparo de projeto integrado, ainda que o orçamento consiga recursos também para gastos de custeio. E finalmente, o crédito de *comercialização* tem o objetivo de assegurar ao produtor rural ou a suas cooperativas os recursos necessários à colocação de seus produtos no mercado, e compreende a pré-comercialização, desconto, empréstimos a cooperativas para adiantamentos a cooperados, por conta do preço de produtos entregues para venda e de Empréstimos do Governo Federal – EGF⁸.

Entre 1980 e 1981, por exemplo, houve uma diminuição da utilização de crédito para investimento, tendo o encarecimento das taxas de juros do crédito para aquisição dos itens máquinas, equipamentos, animais e reflorestamento como um fator determinante para tal redução, bem como a não disponibilidade de recursos financeiros para investimento junto às agências bancárias, no montante adequado e no momento oportuno (Síntese, 81/82).

Com tantos obstáculos para se obter um financiamento rural junto ao Estado, que tipo de agricultor é realmente beneficiado? Segundo o Instituto CEPA/SC (Síntese, 81/82), as estatísticas disponíveis pelo Banco Central do Brasil dificultam a análise do alcance real do crédito rural. Tais estatísticas informam apenas o número e o valor dos contratos realizados e não o número de

⁷ Valor Básico de Custeio – VBC é o valor máximo que um agricultor pode financiar para fazer o custeio da sua produção. Este valor é definido por unidade de área e/ou por estrato de produção.

⁸ Manual de Crédito Rural – capítulo 3, seções 2, 3 e 4.

estabelecimentos, estratificação dos produtores, área financiada e outros parâmetros que seriam fundamentais para medir a eficiência da política de crédito rural.

Enquanto em 1980 estimou-se que 20% dos agricultores no Brasil foram beneficiados pela política oficial de crédito rural, mais direcionados a médios e grandes produtores, em Santa Catarina chegou-se a um valor superior, estimando-se que mais de 20% dos agricultores catarinenses são beneficiados pela política de crédito rural. Isto significa que os recursos são melhores distribuídos em Santa Catarina, atingindo todos as categorias de agricultores, já que no estado predominam os mini, pequenos e médios produtores rurais. Além disso, todos os recursos acertados com as cooperativas são, geralmente, repassados para os associados, especialmente à mini e pequenos produtores, aumentando a participação destes no total de crédito concedido, conferindo assim a importância das cooperativas em Santa Catarina (Síntese, 81/82).

Do valor de recursos concedidos às lavouras pelo Banco do Brasil, por exemplo, em 1982 e 1983, aos mini e pequenos produtores e às cooperativas somados tiveram participação expressiva nas modalidades de custeio e investimento; já para o crédito de comercialização esteve concentrado para grandes produtores (com maior intensidade em 1982, com 62,6%) (Síntese, 1984).

Contudo, para a safra 82/83, a política agrícola definida pelo Conselho Monetário Nacional – CMN em 16/06/82, lançou medidas com o intuito de simplificar e acelerar a obtenção do crédito de custeio das lavouras amparadas pelos VBCs. Merecem destaque às intenções de inovação no que diz respeito à burocracia reduzindo a quantidade de papéis necessários ao financiamento. Isso fez com que diminuísse sensivelmente o custo do produtor além do que, pouparia seu tempo (síntese, 1984).

Pelas facilidades criadas com tais políticas, houve a preocupação da necessidade de aumentar o total de recursos do crédito devido a maior procura, e da capacidade dos agentes financeiros de executarem a dupla fiscalização prevista⁹.

⁹ A dupla fiscalização para comprovação do uso dos recursos para o produto foi uma das mudanças propostas para a safra 82/83. A fiscalização funcionaria da seguinte forma: a primeira seria feita antes da liberação da segunda parcela, e a segunda, após a colheita.

Como houve uma limitação imposta aos VBCs, tornando assim o crédito mais escasso, e o preço básico não era, na época, estimulante, o produtor precisaria usar ainda mais seus próprios recursos¹⁰, e o aumento da sua renda dependeria do mercado no futuro pois o preço mínimo poderia não ser remunerador. A política agrícola nacional procurou beneficiar produtos exportáveis e energéticos e manteve a produção de alimentos num nível que desse um mínimo de remuneração ao produtor, sem onerar o consumidor além de certo ponto, porque isso facilitaria o arrocho salarial. (Síntese, 1982/83)

Já para a safra 83/84, a política agrícola procurou amenizar os problemas da safra anterior, que foram agravados com problemas climáticos sérios, aumentando a captação de recursos através do aumento da participação dos bancos comerciais e dos bancos de investimento. Aumentou o volume global de recursos e estabeleceu novas taxas de distribuição do crédito segundo a finalidade: custeio, investimento e comercialização. Desta última foram elevadas as taxas de juros para o custeio e reduzida a taxa de participação do VBC sendo agora 90% para pequenos produtores, 60% para médios e 40% para os grandes produtores. Também foi alterada a participação do crédito para investimento: nesta época, o Banco do Brasil expandiu em 75% o volume de crédito para este fim e a Caixa Econômica Federal abria uma linha de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos. (Síntese, 1982/83).

Todavia, tais medidas significavam reduzir os subsídios: houve um aumento da taxa de 45% para 60% da correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC no primeiro semestre de 1983, e 70% do INPC mais 5% de juros fixos no segundo semestre. Além disso, reduz a concessão de subsídios aos agricultores, pois diminui o percentual do VBC que é financiado (Síntese, 1984).

Técnicos do Instituto CEPA/SC (Síntese, 82/83) fazem a seguinte análise na ocasião:



“(...) a própria redução dos subsídios põe em questão a consecução desse maior índice inflacionário. Isso porque tende, não só a aumentar diretamente os custos de produção, como também, a forçar o produtor (qualquer que seja sua categoria), a um maior desembolso (10% a mais, somente em relação ao custeio das safras

¹⁰ O VBC era distribuído de acordo com a categoria do produtor. Quanto maior a categoria, menor a porcentagem recebida: 50% do VBC eram para grandes produtores, 70% para médios e 100% para pequenos produtores.

anteriores). Esses fatores levam, com toda a certeza, a um acréscimo dos preços finais dos principais produtos agrícola do país, o que, por sua vez, viria a amortecer o efeito da redução dos subsídios no sentido da redução da inflação” (Síntese, 82/83).

3.1 As Políticas Econômicas Adotadas a partir de 1983

Em fevereiro de 1983 a economia brasileira entra numa nova crise que leva as autoridades monetárias a adotarem uma maxidesvalorização do cruzeiro, que tinha como objetivo equilibrar a balança de pagamentos retraindo as importações e incrementando as exportações. Mas, tal decisão acabou por afetar toda a economia, não se restringindo apenas à balança comercial. A maxidesvalorização acaba atingindo também o produtor agrícola por elevar os custos de produção, devido ao encarecimento das importações dos insumos da agricultura.

A crise piora até que, em junho do mesmo ano, o Governo Federal lança um novo “pacote” econômico, propondo uma série de normas que engloba o âmbito financeiro, creditício e tributário, visando a redução do déficit público e a redução da taxa de juros do mercado. Algumas destas propostas foram:

- ⇒ amenizar o processo de retirada gradual dos subsídios embutidos nas linhas de crédito rural e agroindustrial, passando estes a serem corrigidos pela variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN;
- ⇒ reduzir o nível de subsídio de créditos para exportação e para as micro, pequenas e médias empresas da região Centro-Sul do país;
- ⇒ elevar as proporções dos depósitos compulsórios dos bancos comerciais sobre seus depósitos à vista.

A quebra da safra 82/83 (devido às enchentes) deixou em alerta o Governo Estadual, já que a política agrícola federal não é muito adaptada às condições de Santa Catarina por esta ter uma predominância de uma agricultura familiar e também por fatores climáticos. Tanto que o governo do estado instalado

em março de 1983 se deparou com o problema das enchentes e acabou adotando medidas imediatas, solicitando-as ao Governo Federal. Entre elas estão o crédito de emergência e a prorrogação de empréstimos, visando a amenizar o grave problema que a agricultura catarinense viveu naquele momento.

Nas safras 82/83 e 83/84 a economia brasileira estava afundada numa recessão; recessão esta recomendada pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, e que tinha como objetivo controlar a dívida externa, o déficit público e a inflação. Para o FMI, a recessão causava um problema de poder aquisitivo na população. E este problema acaba inibindo a demanda dos produtos e provocando excedentes que podem ser exportados, contribuindo assim para o superávit da balança comercial (Síntese, 1983/84). Tal afirmação faz sentido; tanto que o ano de 1985 começou com um crescimento geral da economia brasileira, causado principalmente pelo bom desempenho das exportações.

A safra 84/85 apresentou uma ligeira recuperação em relação às safras anteriores. A diferença entre os preços dos produtos das safras anteriores e os custos da presente safra criaram perspectivas de investimentos produtivos em que pese o encarecimento dos custos financeiros do produtor rural, já que os preços atingiram um nível estimulante para o plantio da safra seguinte. Vale ressaltar que este encarecimento dos financiamentos é reflexo das medidas adotadas pelo governo, que continuava tendo como objetivo controlar os níveis inflacionários e suplantando o déficit externo (Síntese, 85/86).

Assim, o governo liberou ainda menos recursos para o crédito, restringindo ainda mais o crédito para investimento e para comercialização. Os produtores reagiram às altas taxas de juros racionalizando seus custos de produção, que acabou refletindo em uma redução do rendimento da mesma (Síntese, 85/86).

Os interesses bancários, que precisavam de mais segurança para ceder um financiamento, bem como os elevados custos financeiros, além da própria redução dos recursos, atinge em cheio o pequeno agricultor que se vê obrigado a utilizar ainda mais recursos próprios. Os grandes produtores também foram afetados pela escassez de recursos, porém conseguiam com maior facilidade os financiamentos nos bancos pois tinham um pouco mais de garantias a oferecer que os pequenos agricultores como terras, máquinas e equipamentos.

Até março de 1985, quando se instala o novo Governo Federal, há uma discussão entre os agricultores, que davam sugestões sobre como deveria atuar o novo governo na área agrícola. A falta de recursos, principalmente para o financiamento da comercialização da safra 84/85, ainda preocupava e muito os integrantes do setor primário da economia (Síntese, 85/86).

Assim, o novo governo concentrou esforços na comercialização da safra 84/85 que se fazia numa situação atípica: os preços mínimos de alguns produtos igualavam-se e até superavam as cotações de mercado. Este fato se deu, entre outros, pela demanda interna contraída, pela fixação de preços mínimos estimulantes, e até mesmo pela redução da economia dos Estados Unidos, pelo fortalecimento do dólar e ainda pelo aumento da produtividade agrícola em praticamente todo o mundo (Síntese 85/86).

Uma das decisões tomada pelo governo foi a compra de grande parte da produção. Isto não representa a absorção de um excedente, mas sim, o “pagamento” de uma promessa; afinal, o novo governo não queria perder a confiança dos produtores. Esta compra decorreu principalmente da fixação, pelo governo anterior, de preços-base considerados estimulantes e com maior período de correção (Síntese, 85/86).

Apesar de conseguir a credibilidade dos agricultores com tal decisão, alguns problemas com a comercialização destes produtos não demoraram a surgir: o primeiro deles diz respeito ao armazenamento de tais produtos, afinal a rede armazenadora do país era bastante deficiente; e o segundo, a maneira de escoar os estoques. Historicamente, o governo mostrou-se um mau comerciante criando problemas ao mercado no momento de vender os produtos adquiridos através dos mecanismos oficiais de comercialização (Síntese, 85/86).

Contudo, até agosto de 1985, a “Nova República” criou expectativas de mudanças importantes na política agrícola que encheu de ansiedade o setor primário. A principal mudança seria talvez a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, pois acaba por atingir por igual todos os produtores rurais (Síntese, 85/86).

Para a safra 85/86, o governo procurou fixar os preços-base levando em consideração a prioridade social e o poder aquisitivo do consumidor brasileiro, pretendendo assim não ter que comprar um grande volume de produtos desta safra (Síntese, 86/87).

O ano de 1985 também é marcado pela seca que assolou o Centro-Sul do país no segundo semestre. Esta seca veio a atingir Santa Catarina em novembro, época em que, tradicionalmente, os produtores catarinenses se encontram em pleno plantio. O quadro se agravou até meados de dezembro quando ocorreram chuvas generalizadas na maioria das regiões produtoras (Síntese, 85/86).

Havia a preocupação com a entrada do novo ano (1986) pois esta situação de seca poderia provocar uma pressão sobre os índices inflacionários, apesar da disposição do Ministério da Fazenda, que chegou a afirmar que “a economia brasileira não sofreria choques agrícolas” (Síntese, 1985/86).

O término da seca só veio a acontecer em janeiro de 1986, o que ocasionou o atraso na colheita, proporcionando aos produtores perdas de produtividade e descapitalização. O ano de 1985 termina com os agricultores de todo o Brasil insatisfeitos com a política agrícola nacional (Síntese 85/86).

3.2 O Plano Cruzado

Em fevereiro de 1986, entra em vigor um novo plano econômico: o Plano Cruzado, que vem com força total para modificar o quadro recessivo que se encontrava a economia brasileira. Algumas de suas principais medidas foram:

- ⇒ estabeleceu uma reforma monetária, engatilhada pela troca de moeda: de cruzeiro para cruzado;
- ⇒ houve o congelamento de preços e salários;
- ⇒ extinção da ORTN e criação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTN;
- ⇒ criação da “tablita” – uma tabela de conversão de dívidas que considerava as prestações com inflação para dívidas com inflação nula.

O Plano obteve como resultado uma brusca queda da inflação. A população teve a sensação de ter a inflação praticamente estagnada até junho de 1986 (de 16% em janeiro de 1986 para 1,4% em maio de 1986). A extinção da

correção monetária deixou os financiamentos agrícolas com juros de 3% ao ano, o que gerou grande euforia no setor primário. (Síntese, 85/86)

Logo, foram definidas as medidas específicas para o setor rural e foram divulgadas em maio de 1986. Dentre estas, a principal foi o parcelamento no pagamento das operações de Aquisições do Governo Federal – AGF, que pretendiam aliviar o fluxo de caixa do governo sem afetar a grande maioria dos agricultores (cujas vendas estariam abaixo do valor estabelecido), criou alguns problemas aos médios e grandes produtores que, além de não poderem dispor do dinheiro na hora da venda do produto, teriam uma perda correspondente à inflação do período, uma vez que não seriam pagos juros. (Síntese, 86/87)

Sob tais circunstâncias, em julho de 1986 foi divulgado o Plano de metas que pretendia a “... construção de uma nova sociedade...” e, em agosto do mesmo ano, é anunciado o “Plano de Metas: política agrícola” (Síntese, 86/87).

Sobre o crédito rural, o “pacote” estabeleceu alterações que deveriam dar características novas ao sistema; deveria tornar o sistema de concessão de crédito mais simples, com reduzido número de taxas diferenciadas e que compatibilizasse com a capacidade de pagamento do agricultor (Síntese, 86/87).

Também neste “pacote”, era previsto um aumento na demanda por crédito, o que levou as autoridades monetárias a aumentarem as exigibilidades dos bancos privados, ficando em 10% para bancos pequenos, 20% para bancos de médio porte e 30% para os grandes bancos. Mesmo assim, o fluxo de recursos, bem como, o volume disponível, não atendeu às necessidades dos agricultores (Síntese, 86/87).

O “pacote” procurou direcionar sua política de Valor Básico de Custeio, preços mínimos e comercialização para estimular as culturas de produtos para abastecimento interno (Síntese, 86/87).

As intenções das autoridades federais ao lançar o “Plano de Metas: política agrícola” era de reduzir as incertezas dos produtores rurais em relação às políticas que orientam a atividade primária. Mas infelizmente, a não concretização de alguns decretos acoplados às medidas e, como a economia não seguiu o caminho previsto com o redirecionamento proposto pelo Plano Cruzado, ao final do ano, a preocupação e a insatisfação voltavam a atordoar os agricultores (Síntese, 86/87).

3.3 O Plano Bresser e a Intervenção do Governo no Mercado Agrícola

No primeiro semestre de 1987, entra em vigor um novo plano econômico: o Plano Bresser. Este tinha como objetivo a contenção dos altos níveis inflacionários, que ficou exarcebado após o Plano “Cruzado II” em novembro de 1986. O Plano Bresser também tinha sua fundamentação heterodoxa, mas com um pouco de ortodoxia. Este, previa as seguintes medidas: numa primeira fase, adota-se o congelamento geral de preços e salários por noventa dias; depois, previa uma flexibilização dos preços, com reajustes mensais; e numa terceira fase, o plano estabelecia uma liberalização dos preços. Foi também estabelecido um novo indexador: a Unidade de Referência de Preços – URP.

No setor agrícola, o Brasil colheu sua maior safra de toda sua história até então, apesar da crise.

Para a safra 87/88, as autoridades lançam mudanças nas regras da comercialização que deixam claro que o governo não é mais o grande comprador das colheitas brasileiras, diminuindo sua intervenção no mercado agrícola. Assim, o governo limitou-se apenas em fixar os preços mínimos e numa possível intervenção no mercado somente quando os preços venham a extrapolar os estabelecidos por sua política, servindo-se de instrumentos como a utilização de estoques reguladores e autorização para importações (Síntese, 87/88).

Contudo, foram tantas as alterações nas normas da política agrícola entre a semeadura e a colheita da safra verão 86/87 que ficou até difícil acompanhá-las e que acabou gerando incertezas entre os produtores. Com isso, o governo aproveita a onda do Plano “Cruzado II” em novembro de 1986 e lança para 1987 medidas no que diz respeito ao crédito rural, que veio a amenizar a situação de muitos tomadores de empréstimos, recebendo assim um novo estímulo (Síntese, 87/88).

Apesar de tais medidas, a política econômica brasileira ainda não proporcionou a segurança ao produtor rural necessária para a efetivação da sua atividade, como acaba por baixar os preços reais (sendo o pior dos últimos anos)

dos produtos primários, gerando ainda mais consequências negativas para o setor (Síntese, 87/88).

O ano de 1988 apresentou uma boa recuperação dos preços de vários produtos. O governo incentivou a maior participação do setor privado, principalmente para a comercialização, e reduziu gradativamente a sua participação em várias etapas do processo (Síntese, 88/89).

Com a ilusão de inflação zero gerada logo após o Plano Cruzado, o governo anistiou mini, pequenos e médios produtores rurais da correção monetária decorrente de empréstimos relativos ao crédito rural tomados entre 28/02/1986 a 31/12/1987, fazendo com que muitos destes produtores incrementassem suas atividades ou até mesmo implantassem novas culturas (Síntese, 88/89).

Num panorama da economia nacional, o ano de 1988 é marcado ainda pela promulgação da nova Constituição Federal e pela tentativa de se fazer pactos sociais, já que a inflação continuava a atingir níveis cada vez mais altos.

3.4 O Plano Verão

Em janeiro de 1989 entra em vigor o Plano Verão: o terceiro choque econômico depois do Plano Cruzado para controlar a inflação. As principais medidas foram:

- ⇒ congelamento de preços por prazo indefinido;
- ⇒ extinção da OTN e da Unidade de Referência de Preços – URP;
- ⇒ reforma monetária, com a criação de uma nova moeda: o cruzado novo;
- ⇒ a desvalorização do câmbio, ficando a partir daí congelado.

Este plano trouxe certa expectativa para o setor agrícola pois são medidas de impacto; além do que, a política monetária trazia consigo juros reais exorbitantes.

Essa expectativa veio seguida de frustração ocasionada pelo anúncio dos Valores Básicos de Custeio para a safra 89/90 pois a simples correção monetária nem sempre é suficiente para acompanhar os custos de produção. Mesmo se fosse, a redução do limite de financiamento certamente oneraria a produção da próxima safra, tendo em vista os aumentos excessivos nas taxas de juros reais média que o setor está se obrigando a pagar (Síntese, 89/90).

O setor agrícola novamente passou um ano atordoado com o Plano Verão, com a falta de determinação do Congresso Nacional, que acabou não aprovando a Lei Agrícola (Síntese 90/91).

Contudo, a meta de produção de alimentos foi plenamente alcançada, embora esta meta fosse considerada um meio para combater a inflação, já que esta, exceto na aplicação dos três Planos (Cruzado, Bresser e Verão), sempre foi crescente, concluindo-se que o aumento da oferta de alimentos por si só não resolve o problema crônico da inflação terceiro-mundista (Síntese, 89/90).

Em fevereiro de 1990, foram divulgadas as normas de comercialização da safra 89/90, e que definiria a forma de como o governo interviria no mercado de produção agrícola.

3.5 O Plano Brasil Novo

Mais uma vez a agricultura passa por sérias dificuldades: o Plano Collor ou o Plano Brasil Novo, implantado em março de 1990, efetivou mudanças nas áreas monetária, financeira e, fiscal; de comércio exterior e de câmbio; e, no controle de preços e salários. Com tais medidas, a economia brasileira passa por um grande aperto de liquidez, comprimindo assim os preços agrícolas durante todo o mês de março (Síntese, 90/91).

Até agosto de 1990, quando o governo lançou a Política Agrícola daquele ano, os preços dos produtos agrícolas variaram entre o sobe e desce até que se estabilizaram. A Política Agrícola foi recebida com entusiasmo pelos agricultores, que se viam à *mercê* do mercado. Tal política aumentou as exigibilidades bancárias, constituindo-se novamente na base de recolhimento. Logo em seguida,

o Conselho Monetário Nacional – CMN, admitiu as Sociedades de Crédito Imobiliário como integrantes do SNCR, criando assim, uma nova fonte de recursos para o crédito rural: a Caderneta de Poupança Imobiliária. Isto permitiu a utilização de recursos do setor imobiliário nos financiamentos rurais (Síntese, 90/91).

Mas, a agricultura convive com um problema grave: a atividade não é formadora de preços; toda vez que ocorrem alterações no nível de produção a renda agrícola fica comprometida. Esse comprometimento decorre da impossibilidade de a atividade reter a produção quando ela é maior, ou de vendê-la a preços que recuperem a queda na quantidade quando ocorrem as frustrações (Síntese, 90/91).

Apesar de todos os problemas pelos quais passava a agricultura brasileira, a safra 91/92 obteve sua colheita recorde para a maioria dos produtos e na grande oferta de outros. Com o mercado estagnado, os produtores não conseguiram realizar a venda dos excedentes (já que o mercado não tinha forças para absorvê-los); e a escassez de recursos para a comercialização agravou o problema e causou o declínio dos preços recebidos. Por esse motivo, os produtores não tiveram a expansão da sua renda apesar do aumento da produção (Síntese, 1993).

Houve atraso na apresentação da política federal definitiva para o setor, que acabou reduzindo as influências nas intenções de plantio, pois tais decisões já haviam sido tomadas. A falta de concretização de medidas como o crédito em momento oportuno, preços mínimos estabelecidos em tempo hábil e a escassez de recursos para Aquisição do Governo Federal – AGF e Empréstimos do Governo Federal – EGF com opção de venda, reduziu os benefícios que a política setorial poderia proporcionar ao meio rural (Síntese, 1993).

Algumas medidas inovadoras que foram concretizadas tiveram seu peso significativo, como a possibilidade de se fazer o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO – (que é um seguro de financiamentos para a agricultura) para as lavouras não financiadas (deixando de ser apenas um seguro de financiamentos), a introdução de taxas compensatórias para produtos importados com subsídios na origem, a regulamentação da intervenção do governo no mercado, através do preço de liberação de estoques e a isenção do

PIS/PASEP e Finsocial nas operações de crédito de médios e pequenos produtores (Síntese, 1993).

A safra 92/93 teve sua produção estagnada, compensada pelo aumento real dos preços dos produtos (Síntese, 1994).

Em 1992, a economia brasileira mostra sinais de recuperação e, em 1993, depois de vários anos de estagnação, apresentou um crescimento de 4,5% conseguindo assim reanimar o setor agrícola (Síntese, 1994).

Em 1990, houve uma queda expressiva nas importações de produtos agrícolas. Este novo fato fez florescer um novo ânimo entre os produtores, pois conseguiram assim aumentar a produção por causa da demanda interna. Houve um aumento no preço da produção, pois houve um aumento na venda de máquinas, equipamentos e fertilizantes. Contudo, o número de inadimplentes junto aos bancos foi reduzido, ocasionando uma maior utilização de recursos próprios. Todos esses motivos melhorou a relações de troca da maioria dos produtos (Síntese, 90/91).

Com a abertura da economia intensificada com o Plano Collor, houve uma maior exposição dos produtos primários brasileiros frente ao mercado externo, principalmente ao Mercosul, e que trouxe à tona discussões sobre o mecanismo para um melhor funcionamento do mercado com o exterior como a elevada carga fiscal sobre a produção primária, a deficiência de infra-estrutura de transporte e armazenagem, a elevada tributação sobre os insumos agrícolas e a falta de linhas de crédito para investimentos (Síntese, 90/91).

O período que antecede o Plano Real ainda é marcado pelo processo inflacionário não detido e pela grande concentração de renda, fatores estes que dificultaram a expansão do mercado interno, e que não possibilitaram o consumo necessário para a maioria da população, bem como a exclusão de uma outra parte desta população do mercado. Isto se tornou um entrave para a expansão da produção de alimentos no país.

3.6 O Plano Real

Em 1994 entra em vigor um novo plano de estabilização econômica: o Plano Real. Sua reforma monetária foi consistente dando origem a uma moeda forte, o real.

Durante os primeiros anos desta política o governo conseguiu estancar o processo inflacionário, obteve uma estabilidade monetária e gerou uma recuperação do poder aquisitivo dos mais pobres.

No setor agrícola, houve um crescimento do mercado interno de alimentos e as exportações agrícolas mostraram um bom desempenho já no início do Plano. Isto fez com que, já em 1994, grande parte dos produtos tivesse seu preço aumentado em comparação com os preços das safras anteriores.

Os fatores descritos acima, num primeiro momento, foram favoráveis ao agricultor pois possibilitou um aumento da sua renda. Assim, a decisão de plantio da safra 94/95 foi tomada num ambiente favorável de crescimento econômico, de recuperação do poder aquisitivo da população e de expansão do consumo. Estes fatores criaram as condições para a produção crescer em 1995 e gerar um recorde tanto em Santa Catarina como no país (Síntese, 1995).

Uma das conseqüências do Plano Real foi a valorização da moeda nacional frente ao dólar (devido à saída do Banco Central do Brasil do mercado). Isto incentivou e estimulou as importações dos mais variados produtos. A manutenção de uma política de juros altos, utilizada como estratégia macroeconômica para controlar a demanda fez com que os preços baixassem.

As aquisições do governo na época da colheita, através da política de preços mínimos, não tiveram efeito, pois foram insuficientes para enxugar o mercado e assegurar a estabilidade dos preços em níveis razoáveis. O governo acabou por optar em ter uma participação tímida no processo, pois estava sendo pressionado pela necessidade de contenção de despesas e a redução da inflação, ficando assim o setor agrícola com a maior parte das perdas (Síntese, 1995).

Como conseqüência, em 1995 o setor agrícola tem sua renda diminuída, tanto pela queda dos preços recebidos como pela cobrança da Taxa Referencial

de Juros – TR nos financiamentos agrícolas. Aqueles que não se endividaram ficaram em uma situação menos ruim, pois mesmo assim ficaram com a capacidade de autofinanciamento comprometida (devido à queda dos preços) (Síntese, 1995).

O descasamento entre a correção monetária dos financiamentos e os preços mínimos acabaram gerando muita polêmica entre governo e produtores, os quais, através de forte pressão exercida por representantes do setor, acabaram por derrubar a Taxa Referencial de Juros - TR - como indexador do crédito rural (Síntese, 1995).

Segundo Paulo Zoldan do Instituto Cepa/SC¹¹, a abertura da economia tem surtido efeitos negativos sobre a agricultura, pois as importações são feitas sem a devida precaução quanto a internalização de subsídios vigentes no exterior e com condições de pagamento que não podem ser igualadas às de aquisição dos produtos dentro do país, ao mesmo tempo em que parte significativa das exportações de produtos brasileiros encontra pesadas barreiras tarifárias e não-tarifárias no mercado mundial (Síntese 1995).

O câmbio valorizado, os juros elevados, a redução das tarifas de importação e o abandono da política de preços mínimos em 1995 favoreceram a queda dos preços, induzindo a redução da área plantada e uma redução dos investimentos para a safra 95/96 (Síntese, 1996).

O anúncio do plano safra 96/97 destacou a queda dos juros e maiores recursos para o financiamento da safra, e contou com o bom desempenho comercial da safra de 1996 como fator a estimular o plantio (Síntese, 1997).

O Governo Federal, pressionado pelo meio rural, lança alguns instrumentos de política agrícola que os agricultores passam a dispor a partir de 1996, tais como:

- ⇒ a regulamentação das condições e procedimentos de formalização de alongamento das dívidas do setor;
- ⇒ a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF;
- ⇒ a criação dos contratos de opção de venda;

¹¹ Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1995.

- ⇒ a autorização para emissão de Títulos do Tesouro Nacional para pagamento de dívidas do PROAGRO;
- ⇒ a ampliação da exigibilidade bancária para aplicações em crédito rural, passando de 18% para 25%;
- ⇒ a eliminação do ICMS sobre o valor das exportações.

Em 1998, a economia brasileira, que se apresentava até então um pouco mais fortalecida, mostrou toda a sua fragilidade frente aos ataques especulativos ao Real.

Com a crise da Rússia, houve a interrupção do fluxo de capitais para os países emergentes, inclusive para o Brasil. Isto levou as autoridades monetárias a elevar ainda mais as taxas de juros para poder atrair a confiança externa.

E a agricultura de Santa Catarina, a cada crise econômica, revela claramente sua capacidade de amortecer os impactos econômicos, como veremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV

4. EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL ENTRE 1980 E 1999

Este capítulo nos mostra a evolução do crédito rural no Brasil e mais especificamente em Santa Catarina entre os anos de 1980 e 1999. Segundo dados do Bacen, em 1999 Santa Catarina recebeu 7,35% do volume total de crédito rural concedido a produtores e às cooperativas de todo o Brasil, enquanto que em 1980 esta participação era de 3,67%.

4.1 O Comportamento do Crédito Rural no Brasil de 1980 a 1999

A concessão de crédito para a agricultura brasileira vem apresentando uma tendência de queda ao longo do período como pode ser observado na tabela 4 e ilustrado no gráfico 1 mais adiante.

Queda expressiva vinha ocorrendo desde 1981, acentuando-se em 1984 com uma variação negativa de 38,93% em relação a 1983. Nesta época, o Brasil vivenciava um cenário de intensa recessão, com a inflação alcançando níveis altíssimos, jamais vistos até então.

O peso desta recessão recai sobre toda a economia assim como no setor agrícola, principalmente por causa da restrição de crédito, tendo seu quadro agravado ainda pela seca que assolava o país, prejudicando a safra 82/83. Com tal situação, o governo toma medidas para a safra 83/84 visando amenizar os problemas mais tortuosos do setor agrícola: aumenta a captação de recursos através do aumento da participação dos bancos comerciais e de investimento, elevando-se assim o volume global de recursos. Estas medidas só vieram a aumentar o crédito em 1985, onde se registrou uma elevação de 42,63% de recursos disponíveis em relação a 1984 (Síntese, 83/84).

TABELA 4
Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos
aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil pelo
Sistema Nacional de Crédito Rural

ANO	Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas brasileiros					
	Contratos			Valores Deflacionados*		
	Total	Atividades		Total	Atividades	
		Agrícola	Pecuária		Agrícola	Pecuária
1980	2 676 849	2 036 225	640 624	68637931866,86	55850096216,52	12787835650,33
1981	2 612 909	2 165 703	447 206	59438026242,70	50874897374,96	8601154841,77
1982	2 604 090	2 055 709	548 381	57600208293,46	49231922807,02	8368285486,44
1983	2 470 149	2 117 057	353 092	43505322382,45	37559294796,24	5946027586,21
1984	1 585 424	1 355 752	229 672	26567294819,16	23596483910,07	2970810909,09
1985	2 271 316	2 011 879	259 437	37893681013,22	34699872230,68	3193808782,54
1986	3 022 604	2 619 938	402 666	56497116619,83	44921463719,01	11575652900,83
1987	2 660 197	2 395 914	264 283	44513690996,57	39073043804,70	5440647191,86
1988	1 284 997	1 222 387	62 630	31411669690,62	29376749807,68	2034919882,94
1989	791 981	738 442	53 539	28704050762,91	27310690936,50	1393359826,40
1990	815 484	698 906	116 578	16403431313,44	14912280915,21	1491150398,23
1991	927 631	824 884	102 767	16971057585,42	15619384677,74	1351672907,68
1992	756 661	687 275	69 386	18758136111,67	17431667226,91	1326468884,75
1993	695 339	563 006	132 333	16100078571,43	14195072337,66	1905006233,77
1994	816 482	686 941	129 541	24308760683,76	21485555555,56	2820598290,60
1995	795 206	555 943	239 263	10138512820,51	7972230769,23	2166282051,28
1996	1 039 730	705 539	334 191	8790984732,82	6731885496,18	2059099236,64
1997	1 010 173	743 321	266 852	12770443446,81	9521502978,72	3248941765,96
1998	1 416 317	933 370	482 947	13955414206,98	10385928397,08	3569485809,89
1999	1 395 621	1 060 282	335 339	13232321467,25	10301829299,15	2930492168,10

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural do Brasil – Banco Central do Brasil

* Os valores dos créditos foram todos convertidos para Real e, posteriormente, deflacionados a preços de 2000 (IGP-DI).

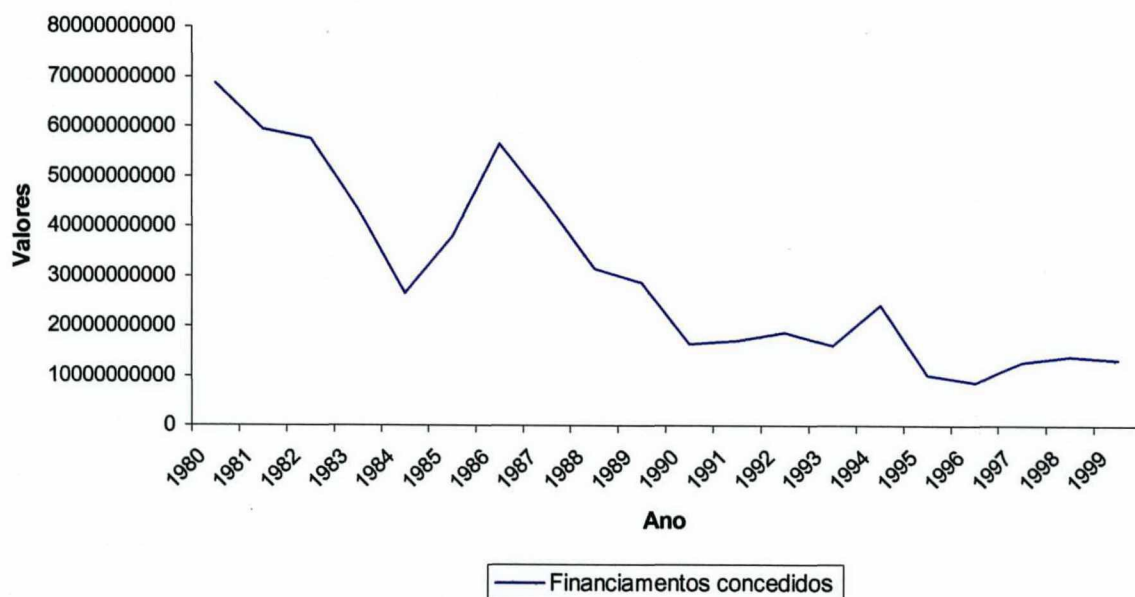
Ao longo do período, a agricultura recebeu, em média, cerca de 85,48% do volume de crédito rural concedido no Brasil, enquanto a pecuária recebeu cerca de 14,52%, em média. Isto significa que o setor pecuário brasileiro é menos dependente da política de crédito do SNCR, mostrando assim sua capacidade de se autofinanciar. Outra hipótese que não pode ser descartada é que tal fato pode revelar o descaso das autoridades monetária em relação à pecuária brasileira, apesar de bastante desenvolvida.

O fato é que o volume de crédito rural concedido no Brasil vem decaindo durante todo o período. Apesar da tendência de queda bem característica do período, há pontos em que a variação de um ano para outro é positiva e bastante significativa como a ocorrida em 1986, com um aumento de 49,09% no crédito

total concedido. Isto porque a economia entrava no ano de 1986 num período de prosperidade provocado pela implantação do Plano Cruzado, que visava o controle da inflação como foi visto anteriormente. Num primeiro momento tal objetivo foi alcançado, tendo como resultado uma queda brusca na inflação. A sociedade brasileira teve a ilusão de inflação estagnada até junho de 1986.

O gráfico 1 mostra mais claramente a tendência de queda da concessão do crédito rural no Brasil e as diversas variações no período de 1980 a 1999.

GRÁFICO 1
Financiamentos Concedidos aos Produtores e às Cooperativas de
todo o Brasil pelo Sistema Nacional de Crédito Rural
(em R\$ de 2000)



Em 1986, numa tentativa de incentivar o setor primário, o governo lança o “Plano de Metas: política agrícola” com o intuito principal de tornar o processo de concessão de crédito mais simples. Tal fato gerou boas conseqüências para aquele ano, com um aumento na oferta de crédito (e também um aumento na demanda), como também gerou conseqüências ruins para o setor agrícola para o ano seguinte. Em relação a 1986, o ano de 1987 teve um decréscimo na concessão de crédito rural na ordem de 21,21%, refletindo as medidas tomadas pelo governo no ano anterior. Aumentou a demanda por crédito rural para 1987 e, devido ao mau funcionamento do mecanismo do governo, as concessões destes créditos ficaram prejudicadas.

Outra variação importante foi a ocorrida em 1994, com uma variação positiva de 50,98% em relação ao ano anterior. Este aumento significativo na concessão de crédito rural ocorreu devido a implantação de um novo plano de estabilização econômica imposta pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso; o Plano Real se apresentou com uma política monetária consistente, lançando uma moeda forte: o Real.

Este aumento significativo ocorreu devido a boa situação (momentânea) da economia brasileira com a efetivação do Plano Real; este, controlou o processo inflacionário, refletindo em um bom desempenho da economia nos primeiros anos de sua implantação. Também proporcionou um aumento no poder aquisitivo dos mais pobres, ocasionando um crescimento do mercado interno de alimentos. Isso se reflete de maneira positiva para o setor primário que, nos primeiros anos desta política, vê suas exportações obtendo bom desempenho.

Mas, aquela euforia que levantava a economia em 1994 veio a enfraquecer no ano seguinte. O governo precisava controlar sua dívida e estancar o gasto público. Para tanto, buscou uma maior arrecadação de impostos e reduziu suas despesas, possibilitando um maior equilíbrio fiscal. Dentre as medidas adotadas, reduziu a concessão de crédito (que é subsidiado pelo governo e por isso é considerado um gasto, como vimos no capítulo II), apresentando uma queda de 58,29% em 1995 comparando-se a 1994, e de 13,29% de 1995 para 1996.

Contudo, a situação veio a ser amenizada em 1997 onde se obteve um crescimento significativo de 45,26% na concessão de crédito rural devido às pressões provocadas por lideranças políticas e representativas do setor rural brasileiro. Uma das reivindicações dos agricultores foi, por exemplo, a ampliação da exigibilidade bancária para aplicações em crédito rural de 18% em 1996 para 25% em 1997; medida esta que veio a se efetivar ocasionando assim um acréscimo na disponibilidade de recursos (Síntese, 88/89).

TABELA 5
Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas por finalidade para todo o Brasil pelo Sistema Nacional de Crédito Rural

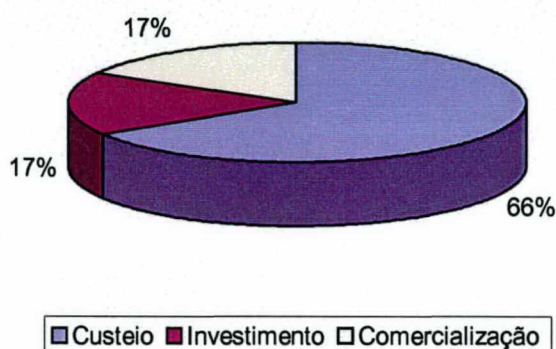
Ano	Financiamento concedido aos produtores e às cooperativas brasileiros					
	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Vlrs. Deflacionados*	Contratos	Vlrs. Deflacionados*	Contratos	Vlrs. Deflacionados*
1980	1876484	38837364990,07	503388	12875444858,23	386189	16925122018,55
1981	1944360	34880847843,74	434636	9193037835,43	233913	15402166537,56
1982	1825748	37051747126,00	488167	7554288683,25	290175	12994170266,03
1983	1670313	27051059954,11	640388	7263601174,55	159448	9190660611,29
1984	1194142	18726549434,80	267859	3269766339,78	123423	4570980284,85
1985	1804944	26944128438,28	423561	4911169342,55	42811	6038383466,92
1986	2262829	31606005051,28	733122	18105112449,26	26653	6785999315,46
1987	2241926	31229314452,57	373207	7610582409,99	45064	5673794175,38
1988	1039654	21366589983,47	192216	5033160306,47	53127	5011919412,54
1989	664531	22958613689,73	88517	3017667025,18	38933	2727772221,42
1990	668373	12279341448,37	135636	1797741557,78	11475	2326348298,50
1991	797363	13953047527,14	120465	1441916647,57	9803	1576093414,83
1992	502862	11817865541,98	107677	2242221608,13	146122	4698049217,86
1993	443513	8951058272,34	178604	3309432970,54	73222	3839586502,32
1994	509449	12194548051,57	216353	4258025057,94	167605	6804961371,44
1995	472247	6281287079,38	263913	2198188167,54	59046	1658411044,11
1996	646298	6141672916,56	379820	2107333209,53	13612	542259531,68
1997	724332	9013095037,61	278518	2603002169,37	7323	1154346596,51
1998	913066	9351264814,84	480016	2699962468,81	23235	1904186923,32
1999	1025472	8969619495,33	343853	2274175617,74	26296	1988526354,18

Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural do Brasil – Banco Central do Brasil

* Os valores dos créditos foram todos convertidos para Real e, posteriormente, deflacionados a preços de 2000 (IGP-DI).

Vale salientar que durante o período de 1980 a 1999, a maior parte dos recursos concedidos para o crédito rural (66,14%) foi destinada ao custeio, seguido da comercialização e do investimento, com participação de 16,97% e 16,89% respectivamente, do volume total de crédito rural concedido. O gráfico 2 ilustra tais porcentagens.

GRÁFICO 2
Porcentagem média entre 1980 e 1999 dos financiamentos
concedidos aos produtores e às cooperativas brasileiros
segundo a finalidade

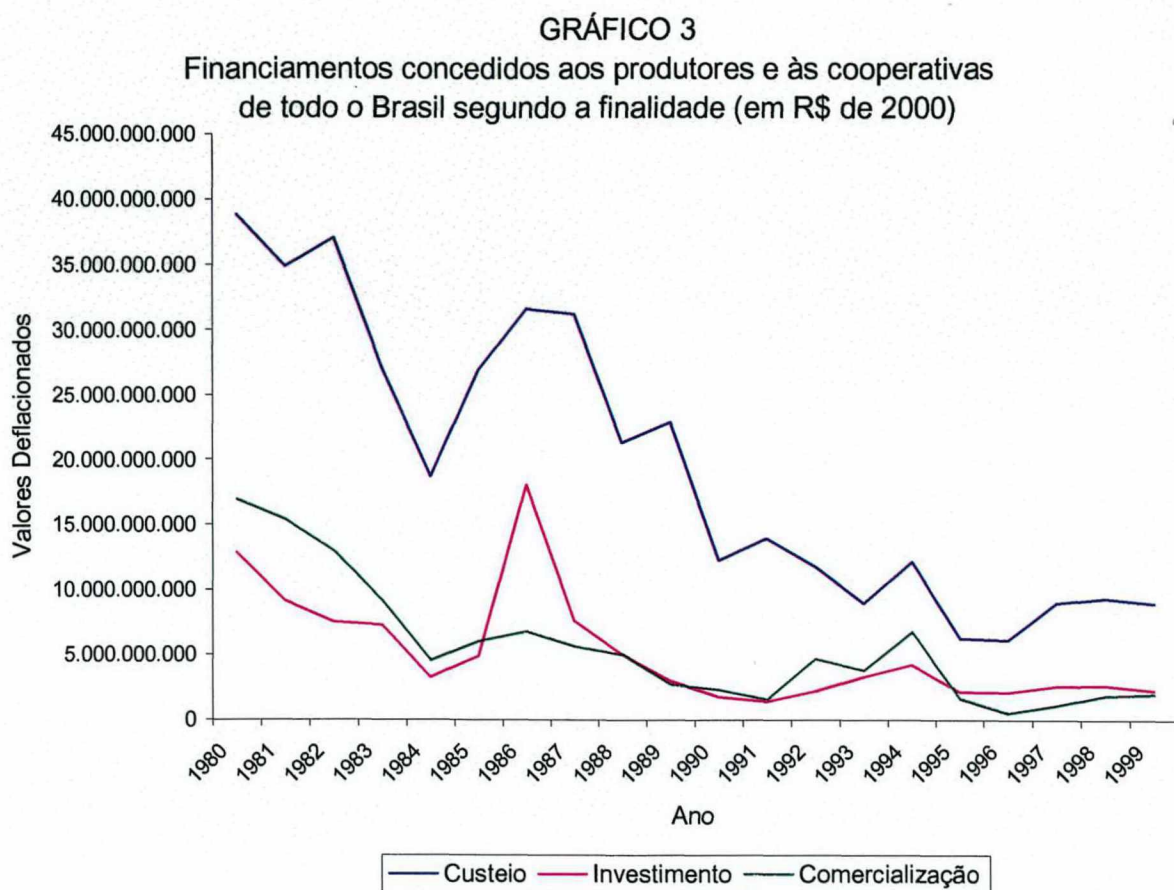


As variações mais expressivas que aconteceram no período analisado, foram em relação ao aumento de 268,65% no crédito para investimento ocorrido em 1986 em comparação a 1985. Este superaumento é explicado pelo mesmo motivo descrito acima, o mesmo motivo que provocou o aumento do volume global de crédito rural concedido no Brasil neste ano: a implantação do Plano Cruzado.

Dentre algumas medidas tomadas pelo governo para controlar a inflação e que contribuíram para a elevação do crédito para investimento, vale destacar, por exemplo, a extinção da correção monetária que deixou os financiamentos agrícolas com juros de 3% ao ano, gerando assim uma euforia no setor agrícola. Além do que, o governo que assumia precisava ganhar a confiança e o apoio de toda a sociedade, inclusive do setor primário.

Em 1992, a economia brasileira começa a se recuperar tendo um crescimento efetivo em 1993. E um dos motivos que contribuíram para este crescimento foi a maior abertura da economia brasileira proporcionada pelo Governo Collor, que acabou por aumentar o crédito para comercialização com o intuito de incentivar a produção e a comercialização do produto primário brasileiro.

Contudo, assim como no total de crédito disponível para o setor rural, todas as finalidades também revelam uma tendência de queda durante todo o período 1980 a 1999, como ilustra o gráfico 3.



4.2 O Comportamento do Crédito Rural em Santa Catarina de 1980 a 1999

Como já foi dito anteriormente, em 1980 Santa Catarina recebeu apenas 3,67% do total de crédito rural concedido em todo do Brasil, chegando em 1999 a receber cerca de 7,35%. No estado de Santa Catarina, as variações em relação à concessão de crédito rural foram ainda mais bruscas, como mostra a tabela 6.

TABELA 6
Financiamentos concedidos e valores dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas de Santa Catarina pelo Sistema Nacional de Crédito Rural

Ano	Contratos			Valores Deflacionados*		
	Total	Atividades		Total	Atividades	
		Agrícola	Pecuária		Agrícola	Pecuária
1980	194 325	142 605	51 720	2524196190,33	1656310,132,49	867886057,84
1981	192 076	162 942	29 134	1053765297,04	1739155872,00	455388645,82
1982	202 751	172 753	29 998	2768933014,35	2364075917,07	404857097,29
1983	241 883	216 429	25 454	1695769404,39	1352050658,31	343718746,08
1984	131 856	122 679	9 177	1082112570,87	927359804,50	154752766,37
1985	177 839	167 458	10 381	1782761521,83	1576036748,10	206724773,73
1986	258 566	241 880	16 686	2558146715,70	2027126995,04	531019720,66
1987	173 608	163 362	10 246	1914270743,80	1457097607,63	457173136,17
1988	148 003	141 720	6 283	1403123423,43	1090450946,04	312672477,39
1989	103 771	94 839	8 932	989376249,43	658234029,24	331142220,19
1990	94 911	90 183	4 728	881893194,69	693856528,24	188036666,45
1991	147 755	140 699	7 056	1000568275,86	811292351,10	189281661,44
1992	127 972	119 901	8 071	1121693849,68	921758293,49	199935556,19
1993	100 712	92 124	8 588	1194300779,22	1072784025,97	121516753,25
1994	103 837	96 688	7 149	974957264,96	860256410,26	114700854,70
1995	116 297	108 335	7 962	727307692,31	597487179,49	129820512,82
1996	148 777	142 621	6 156	674725190,84	528045801,53	146679389,31
1997	130 312	118 124	12 188	1003825085,11	624969659,57	378855425,53
1998	132 442	122 132	10 310	910740863,01	641278376,71	269462486,30
1999	141.423	130 537	10 886	973249012,27	719934349,69	253314444,77

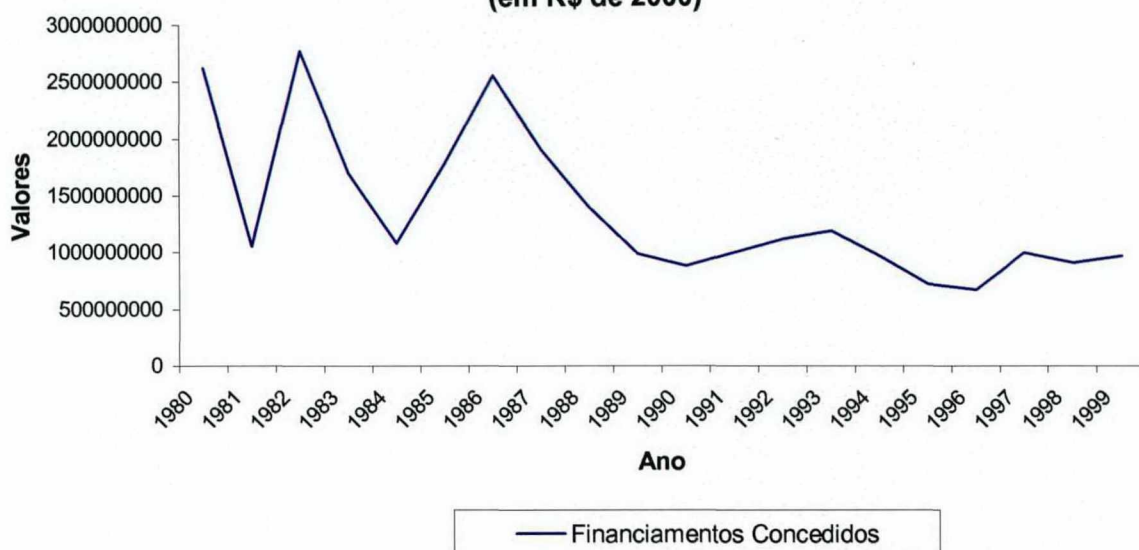
Fonte: Anuário Estatístico de Crédito Rural do Brasil – Banco Central do Brasil

* Os valores dos créditos foram todos convertidos para Real e, posteriormente, deflacionados a preços de 2000 (IGP-DI).

Assim como em todo o país, o estado apresentou quase o mesmo comportamento de tendência de queda ao longo do período, porém com maiores (ou mais bruscas) quedas assim como maiores elevações, podendo ser mais bem visualizado no gráfico a seguir.

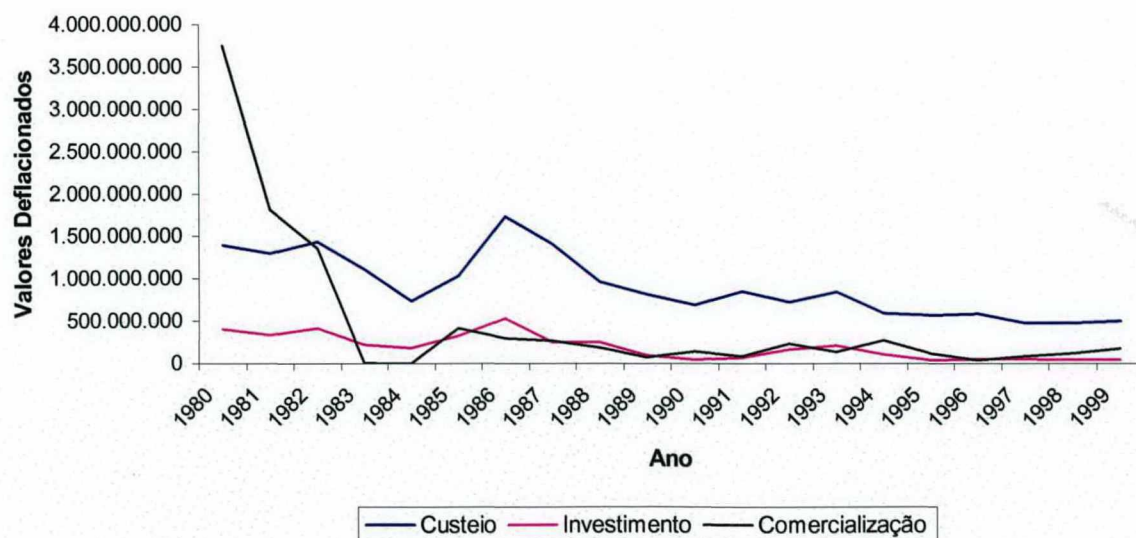
A maior variação aqui registrada foi a elevação do crédito ocorrido de 1981 para 1982 na ordem de 162,77%. O aumento do crédito rural para Santa Catarina se deu em função dos fatores climáticos que prejudicaram a safra 80/81 e 81/82. O governo federal precisou direcionar maiores recursos para o estado a fim de atenuar os problemas com as safras anteriores e que viriam se refletir nas próximas safras.

GRÁFICO 4
Financiamentos Concedidos aos Produtores e às Cooperativas de
Santa Catarina pelo Sistema Nacional de Crédito Rural
(em R\$ de 2000)



Também em Santa Catarina, grande parte do total de crédito rural disponível no estado tem como a finalidade o custeio, tendo em média ao longo do período 68,35% do total, seguido pelo crédito para comercialização com participação média de 19,83% e, por fim para investimento com cerca de 11,82%. Tais percentuais estão ilustrados no gráfico 5.

GRÁFICO 5
Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas
de Santa Catarina pelo Sistema Nacional de Crédito Rural por
finalidade (em R\$ de 2000)



A queda acentuada no crédito para comercialização observada no gráfico entre 1980 até meados de 1985, prejudicou a agricultura catarinense justamente na hora de se efetivar a venda dos produtos aqui produzidos. Várias safras sofreram com esta redução, pois se não havia venda e escoamento da safra atual, os produtores não se viam estimulados a incrementar a produção da safra seguinte.

4.2.1 Comportamento de Alguns Produtos Agrícolas Catarinenses

Vejamos agora o comportamento de alguns dos principais produtos agrícolas produzidos no estado de Santa Catarina. A análise que será descrita a seguir foi baseada na Síntese Anual de Agricultura de Santa Catarina, produzida e elaborada pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto CEPA/SC.

Os produtos aqui selecionados foram o alho, o arroz, a batata, o milho e a soja, por serem uns dos principais e dos mais importantes produtos agrícolas de Santa Catarina em termos de área plantada, do volume de produção ou da importância relativa na oferta nacional. Tais produtos foram escolhidos aleatoriamente, ou seja, a escolha destes não obedeceu nenhum critério rigoroso de sua participação no Valor Bruto da Produção – VBP, nem da maior área plantada e nem da quantidade colhida. Apenas foram escolhidos aleatoriamente de uma lista dos principais produtos agrícolas catarinenses disponíveis em um encarte chamado “Números da Agropecuária Catarinense”, produzido pelo Instituto CEPA/SC.

Os fatores analisados em cada produto serão, principalmente, o comportamento da área plantada e colhida, da produção e do rendimento de cada cultura ao longo do período analisado.

Os três fatores acima citados são muito importantes para a nossa análise, pois será o comportamento de cada um deles que vai definir a remuneração do produtor. É pela área plantada, por exemplo, que se verifica a eficiência de uma política agrícola adotada. Isto porque a área a ser plantada em uma safra é uma escolha consciente que um produtor faz, levando em consideração uma série de

condicionantes como os insumos a serem utilizados, o crédito e a mão-de-obra, a expectativa dos preços dos produtos, entre outros. A melhor combinação desses fatores vai gerar a perspectiva de lucro para o agricultor.

Nesse sentido a produção, que é o objetivo da exploração agrícola, tanto pela obtenção dos resultados econômicos quanto para o abastecimento, é função de variáveis diversas, entre as quais se incluem o clima e as oscilações de mercado. Assim, o aumento da produção pode ser explicado tanto pelo aumento do emprego de tecnologias, identificado pela produtividade física, como pelo aumento da área plantada. Supondo-se que o nível tecnológico raramente é diminuído, isso faz com que a área plantada se torne a principal variável. Contudo, essa é a parte planejável da agricultura. Se fossem apenas estes condicionantes, a combinação ótima deles garantiria uma determinada produção. Porém isto não ocorre porque os produtos agrícolas são suscetíveis ao caráter biológico da produção (como o clima, o meio) tornando assim a atividade agrícola uma atividade de alto risco.

Por fim, o rendimento das lavouras é função do padrão tecnológico empregado, como também pode ser surpreendido por fatores climáticos, podendo reduzir “a zero” o avanço obtido em dezenas de anos de pesquisa e experimentação. Um aumento na produtividade, em consequência de uma melhora no processo tecnológico não leva necessariamente a um aumento proporcional do lucro. Isto porque, para se aumentar a produtividade é necessário que se faça também um aumento mais que proporcional nos custos de produção. Portanto, muitas vezes o ótimo econômico está colocado abaixo do ótimo agrônômico (rendimento físico), não sendo a melhor alternativa a utilização de tecnologias que proporcionam maior rendimento físico. Tal fato é de conhecimento do produtor que, por sua vez, toma a melhor decisão em busca de um nível tecnológico que lhe proporcione lucro econômico e não uma maior produtividade física. (Síntese, 1982/83)

Vale ressaltar que o crédito torna-se fundamental em quaisquer decisões que o agricultor irá tomar na hora de definir a cultura que irá implantar. Se a área a ser plantada é a principal variável para a produção (não deixando de serem importantes os demais fatores), o agricultor tomará a decisão de aumentar ou de reduzir esta área conforme a sua disponibilidade de recursos (verificando seus custos de produção) que serão aplicados na próxima safra, sejam estes recursos

vindos do Governo Federal pela concessão de financiamentos através do Sistema Nacional de Crédito Rural, ou pelo Governo Estadual com programas de crédito específicos, ou seja ainda pela maior participação de recursos próprios do agricultor.

Vejamos agora o comportamento dos principais produtos agrícolas produzidos no estado de Santa Catarina no período de 1980 a 1999, analisando-se as variações dos fatores citados acima, bem como os condicionantes que os levaram a tais variações.

4.2.1.1 Alho

Santa Catarina se destacou, durante o período analisado (1980 a 1999), por ser um dos maiores produtores de alho no país. A Região Sul produz cerca de 39% do total de alho nacional. Em Santa Catarina, a produção de alho em 1998 participou com cerca de 0,67% do Valor Bruto da Produção – VBP da agropecuária. O estado apresenta a melhor qualidade de alhos no mercado nacional, fato este originário de assimilação das tecnologias geradas pelas pesquisas (Síntese, 1999).

A melhor qualidade do alho catarinense é característica fundamental deste produto, pois faz com que ele esteja incluído na faixa de substituição de importações, fato que leva o governo a auxiliar no incentivo a produção.

Em Santa Catarina, cerca de 25% dos alhos produzidos são dos tipos comuns, dos quais são cultivados em pequenas áreas, não necessitando o emprego de tecnologia, visando principalmente o auto-consumo sendo o excedente comercializado na própria região. A produção do alho, apesar de ocupar pouca área, em virtude de ser um produto de alta densidade econômica, tem muita importância na composição da renda de quem o explora.

A tabela 7 mostra o total da área colhida, o total produzido no estado e o rendimento médio desta cultura no período de 1979 a 1999.

A produção, assim como a área colhida, apresenta um comportamento bastante instável ao longo do período, apresentando alguns picos de elevação e algumas quedas bruscas, como ilustra o gráfico 6.

Como pode ser observado, houve um crescimento da produção entre os anos de 1979 até 1983. Este incremento da produção é explicado pelos fatores que incentivaram o produtor a definir a área a ser plantada, como os preços compensadores, a existência de crédito, os incentivos fiscais e infra-estrutura adequada para beneficiamento e armazenagem do produto. Além disso, o clima foi favorável neste período.

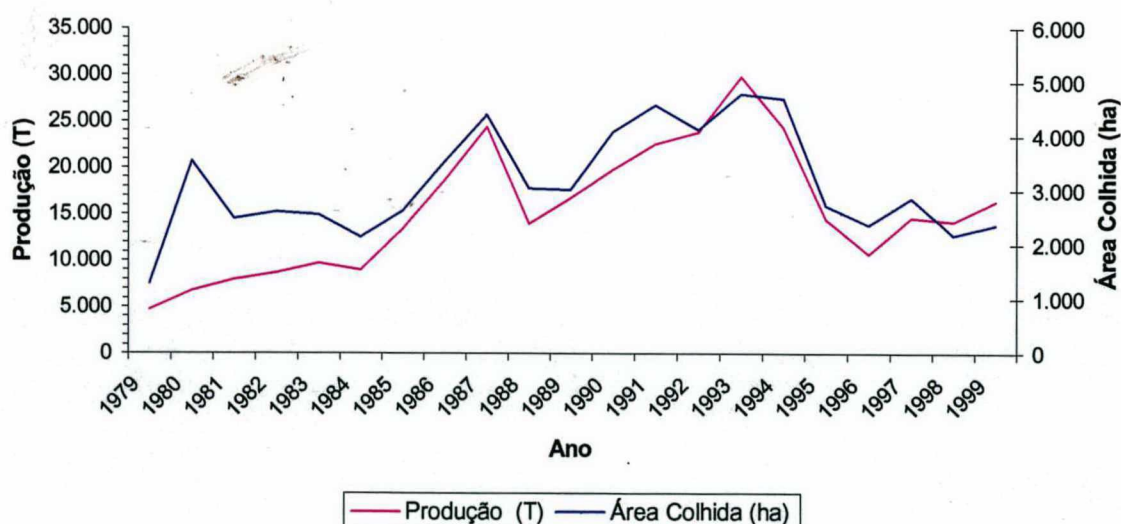
Em relação à área colhida, neste mesmo período, houve pequenas variações devido à falta de alho-semente, atingindo assim os produtores de alho.

TABELA 7
Área colhida, produção e rendimento do Alho

Ano	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento Médio (T/ha)
1979	1.289	4.724	3,66
1980	3.544	6.720	1,90
1981	2.492	7.905	3,17
1982	2.608	8.654	3,32
1983	2.557	9.724	3,80
1984	2.144	8.988	4,19
1985	2.636	13.421	5,09
1986	3.534	18.681	5,29
1987	4.402	24.386	5,54
1988	3.044	13.973	4,59
1989	3.018	16.722	5,54
1990	4.092	19.781	4,83
1991	4.581	22.592	4,93
1992	4.126	23.835	5,78
1993	4.782	29.814	6,23
1994	4.700	24.303	5,17
1995	2.722	14.411	5,29
1996	2.371	10.680	4,50
1997	2.857	14.588	5,11
1998	2.180	14.156	6,49
1999	2.375	16.421	6,91

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, de 1979 a 1989 e de 1990 a 1999 dados fornecidos pelo Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 6
Evolução da Produção e da Área Colhida do Alho



Apesar do *boom* ocorrido na produção, houve uma frustração para a safra 82/83 devido ao desamparo em relação à comercialização do produto. Conseqüentemente, os produtores de alho optaram por reduzir a área plantada,

mesmo porque os preços não estavam mais sendo remuneradores, pois acabava concorrendo com os baixos preços ofertados pelos importados, confirmando assim uma indiscriminada política de importações (Síntese, 84/85).

Neste período, eram necessários recursos para investimentos e, naquele momento, além do crédito de investimento estar reduzido no estado, os custos dos financiamentos eram muito elevados.

A partir de 1984, há um aumento significativo tanto na área colhida, como da produção e do rendimento, que perdura até 1987, como pode ser visto no gráfico 6. Alguns dos principais fatores para este crescimento foram o clima favorável durante todo o processo do plantio, do desenvolvimento e da colheita; e a dedicação dos alhicultores catarinenses em produzir alhos de excelente qualidade para poder competir no mercado nacional com o alho nacional e com o estrangeiro.

Também foi fator contribuinte para o crescimento, a participação do sistema cooperativo na comercialização da produção recuperando assim a confiança frente aos associados e do mercado nacional. A partir da safra 86/87, o produto contrabandeado da Argentina esfriou o mercado para o alho brasileiro, prejudicando seriamente o escoamento da safra catarinense. Isto acabou por gerar o atraso do pagamento por parte dos atacadistas de outras praças, alegando dificuldades em colocar o alho nacional nos demais segmentos de mercado, frente à concorrência dos alhos clandestinos bem mais baratos (Síntese, 87/88).

Estes fatos acabam por desestimular a produção para a safra 87/88, pois os preços recebidos pelos produtores para esta safra foram os mais baixos nos últimos anos. Assim, houve queda na produção, bem como na área colhida e no rendimento. Outros fatores que contribuíram para esta diminuição da produção do alho no estado foram: o grande aumento da produção nos últimos anos e a importação indiscriminada, legal ou ilegal do produto. (Síntese, 89/90).

Contudo, a partir da safra 88/89, a produção de alho vem aumentou até o ano de 1993, onde atinge seu ponto máximo de produção durante o período aqui analisado (1979 a 1999), como pode ser visto no gráfico 6. Este bom desempenho da cultura de alho se deu por alguns fatores, tais como: a boa comercialização da safra anterior, recuperando um pouco o preço do produto,

fazendo com que o produtor se estimulasse a incrementar a área plantada e ao clima favorável em todo período.

Outro fator muito importante foi em relação ao crédito utilizado pelos alhicultores: devido ao bom desempenho das atuais safras, o produtor teve a possibilidade de fazer a sua lavoura sem financiamento, ou seja, utilizando-se de recursos próprios, o que o deixou completamente livre de compromissos e acabou efetuando suas vendas sem aquela pressão do mercado no momento de saldar suas dívidas (Síntese, 90/91).

Isto comprova que mesmo sem o crédito concedido pelo governo, o agricultor é capaz de efetivar seu plantio, expandir a área plantada e fazer uma boa colheita (aumentando até a produtividade) pois este se utiliza de recursos próprios oriundos da boa safra e, conseqüentemente, da boa comercialização das safras anteriores. Contudo, acaba ficando ainda mais dependente das políticas que este mesmo governo adotará em relação à comercialização (como a definição da política de preços mínimos, por exemplo), como também se torna ainda mais vulnerável às condições climáticas durante o desenvolvimento da plantação.

A queda brusca ocorrida em 1994/95 decorreu do impacto das políticas macroeconômicas do governo federal destinadas a sustentar a estabilização da moeda e a inserir aceleradamente a economia nacional no processo de globalização, atingindo diretamente os agricultores.

Os produtos importados, oriundos da China e da Argentina, e que vinham sendo introduzidos no Brasil nos últimos meses de 1993, ganharam impulso em 1994. Isto também prejudicou e muito os alhicultores pois o produto estrangeiro, além de conter os preços do alho nacional em níveis não compensatórios, dificultam o escoamento da produção das regiões centrais do país (Síntese, 1995).

Outro fator que contribuiu para a queda no rendimento de 1993 para 1994 foi em relação às chuvas entre o final de setembro e início de novembro de 1993, e às doenças decorrentes do excesso de umidade, que acaba por diminuir a qualidade do produto aqui produzido (Síntese, 1994).

A safra 94/95 sofre os reflexos dos maus resultados financeiros da safra anterior, fazendo com que o agricultor retarde o plantio à espera de uma linha de crédito do governo federal que, além de vir tarde, veio em quantidade limitada.

Com esta total escassez de recursos, o agricultor reduz o uso dos insumos que acaba por refletir em uma redução do rendimento médio das lavouras no estado (Síntese, 1996).

A safra 95/96 sofreu com o excesso de chuvas, favorecendo o superbrotamento e alterando sensivelmente os custos de produção pelo maior uso de defensivos e de mão-de-obra. Mesmo assim, os agricultores se sentiram estimulados para o plantio da safra 96/97 onde se obteve um aumento na área colhida em 1997, incrementando a produção e o rendimento desta cultura em Santa Catarina, devido principalmente à boa perspectiva de comercialização para aquela safra (Síntese, 1998).

Esta fase de crescimento vai até 1999, expondo ainda alguns fatores que causaram o incremento da produção nestes últimos anos como as condições climáticas favoráveis durante todo o período de desenvolvimento do alho e a desvalorização do real que auxiliou para a agilização da comercialização no mercado nacional, proporcionando um rápido escoamento da produção.

4.2.1.2 Arroz

A cultura de arroz em Santa Catarina destaca-se por ser uma das culturas que mais contribui na formação do Valor Bruto da Produção da agropecuária do estado, chegando em 1998 a participar com cerca de 5,05% do VBP agropecuário, estando entre a 3ª e 6ª cultura no período analisado (1979 a 1999). Também é de suma importância pois há muitas famílias ligadas a esta atividade produtiva (Síntese, 1999).

O estado também é caracterizado pela produção de dois tipos de cultivos do arroz: o sistema de cultivo em sequeiro, usualmente explorado em pequenas áreas com vistas, principalmente para o autoconsumo familiar; e o sistema irrigado sendo este o mais representativo no estado.

A tabela 8 mostra a evolução da área colhida, da produção e do rendimento da cultura de arroz no período de 1979 a 1999.

A produção de arroz no estado de Santa Catarina, vem se comportando neste período analisado sem quedas ou elevações muito bruscas como ocorreu

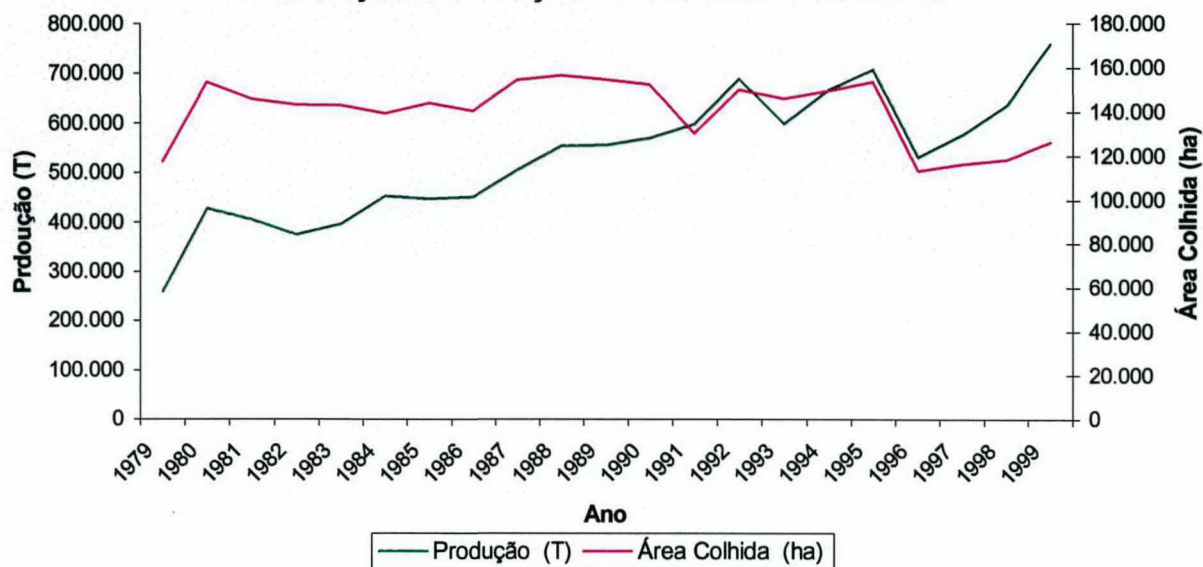
com o alho. Contudo algumas variações são significativas, como a elevação que ocorreu em 1979 para 1980 e a posterior queda em 1981, como pode ser observada no gráfico 7. Esta queda ocorreu devido à grande oferta nacional do produto ocasionada pela safra anterior que ocasionou uma redução dos preços.

TABELA 8
Área colhida, produção e rendimento do Arroz

Ano	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento Médio (T/ha)
1979	117.594	259.794	2,21
1980	153.521	426.868	2,78
1981	145.876	404.068	2,77
1982	143.089	374.078	2,61
1983	142.758	395.613	2,77
1984	139.231	453.057	3,25
1985	144.162	446.718	3,10
1986	140.565	450.914	3,21
1987	154.522	505.146	3,27
1988	156.611	553.292	3,53
1989	154.655	554.579	3,59
1990	152.191	567.686	3,73
1991	130.165	597.059	4,59
1992	149.824	689.108	4,60
1993	146.054	598.372	4,10
1994	149.694	666.996	4,46
1995	153.683	708.427	4,61
1996	113.548	531.012	4,68
1997	116.364	576.452	4,95
1998	118.538	634.841	5,36
1999	126.492	758.837	6,00

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, de 1979 a 1989 e de 1990 a 1999 dados fornecidos pelo Instituto CEPA/SC.

GRÁFICO 7
Evolução da Produção e da Área Colhida do Arroz



A queda ocasionada em 1981 perdura até 1984. A redução da área, por exemplo, se deu pela troca de culturas: de arroz sequeiro para soja e milho. A produção de arroz irrigado é tradição entre os orizicultores, contendo assim um maior grau de mecanização, o que fez com que esta cultura tivesse um rendimento superior às demais. Mas, isso não bastou: os preços para a comercialização estavam defasados em relação aos preços estabelecidos pelo governo através da Política de Garantia de Preços Mínimos. Assim houve uma tremenda dificuldade de venda e um menor escoamento da produção para aquela safra (83/84). Outros fatores que contribuíram para a redução da produção nestas safras foram as notícias de importação de arroz, aumento das taxas de juros bancárias e a redução do consumo nacional (Síntese, 84/85).

Já a comercialização da safra 84/85 se dá de maneira tranqüila por causa das liberações dos estoques governamentais, com preços abaixo dos que vinham sendo praticados no mercado, medida esta tomada com o objetivo de impedir a elevação dos preços, podendo se refletir nos índices inflacionários. Esta formação de estoque pelo governo contribui muito para o retraimento do mercado e inibir a ascensão natural dos preços (Síntese, 84/85).

O governo acabou sendo o maior comprador da safra 84/85, fato este que se torna uma característica do mercado quando os preços de mercado estão abaixo dos preços estabelecidos pela política de preços mínimos (Síntese, 85/86).

Dois fatos importantes ocorrem no decorrer de 1987, que veio a refletir num aumento da produção de arroz em 9,53% para 1988: a primeira medida tomada foi a prorrogação, por mais seis meses, dos EGFs concedidos em fevereiro, além da garantia oferecida pela Secretaria Especial de Abastecimento e Preços – SEAP de que não faltariam recursos para compra da nova safra. A segunda medida foi o estabelecimento das regras para a venda dos estoques oficiais; o Conselho Monetário Nacional aprovou que os estoques do governo fossem comercializados pelo preço mínimo mais 5% sobre esse valor. Tais medidas tiveram por objetivo criar condições de mercado para que a iniciativa privada tivesse uma margem de segurança na comercialização da safra, estimulando assim a compra da safra pela iniciativa privada. (Síntese, 87/88)

Assim como ocorreu com os alhicultores, que conseguiram efetivar seu plantio sem os financiamentos do governo federal, caso semelhante aconteceu com os orizicultores que, apesar de não se utilizarem dos recursos próprios, obtiveram estímulos da iniciativa privada através da boa comercialização de seus produtos.

Desde então, a produção de arroz vem aumentando constantemente até 1992, onde a produção atingiu a marca de 689.108 toneladas, a terceira maior registrada no período 1979 – 1999 (ver gráfico 7). Vários fatores contribuíram para esta evolução como as boas condições climáticas que, apesar de algumas alterações, foram favoráveis e às tecnologias que foram incrementadas ao longo deste processo. O rendimento também vem acompanhando esta tendência sustentada pelo arroz irrigado já que o arroz sequeiro ainda é mantido como uma produção para o auto-consumo.

A maior safra catarinense de arroz foi resultado do aumento médio do rendimento das lavouras irrigadas que, nos últimos anos, vinham alcançando níveis mais altos graças à incorporação de novas tecnologias, entre elas a sistematização de várzeas e o uso de sementes melhoradas.

Contudo, a produção cai sensivelmente no ano de 1993, como ilustra o gráfico 7, devido a uma série de fatores, tais como: o excesso de chuvas na época de floração e ataque de pragas em grande parte dos arrozais catarinenses;

a estagnação do mercado verificada no ano de 1992, dificultando a renovação do sistema produtivo, criando um clima de insatisfação entre os orizicultores; os preços em 1993 continuaram a serem cotados abaixo do preço mínimo durante todo o primeiro semestre; os altos índices de inflação e o baixo nível de demanda no período mantiveram os preços baixos e forçaram o governo a rever as tarifas de importação de outros países, pois as crescentes importações vinham prejudicando os preços estabelecidos, desestimulando o cultivo das safras seguintes (Síntese, 1994).

Para o ano de 1994, houve uma boa recuperação tanto da área colhida, como da produção e do rendimento devido à escassez do mercado internacional e do aquecimento da economia provocado pela implantação do Plano Real.

Contudo, 1995 já não foi tão favorável devido à oferta abundante da safra anterior provocando uma redução dos preços ao produtor no período mais intenso de comercialização. Também os encargos financeiros do crédito para custeio foram elevados, prejudicando o plantio da próxima safra (1996). O Plano Real afetou a comercialização por supervalorizar a moeda, estimulando as importações e ocasionado maior depressão dos preços. Só que, a partir de junho, os agricultores pressionaram o governo que acabou por rever as tarifas de importação do arroz vindo dos países que não pertenciam ao Mercosul (Síntese, 1997).

A partir de 1996, a cultura de arroz no estado de Santa Catarina volta a crescer, mantendo este crescimento até 1999 quando atingiu a produção máxima de todo o período analisado. Pode-se atribuir este crescimento à incorporação de tecnologias crescentes empregadas no cultivo do arroz irrigado.

4.2.1.3 Batata

A cultura da batata em Santa Catarina é uma atividade de pequenos e tradicionais produtores rurais, bem característicos e predominantes em nosso estado. É possível o seu cultivo em todos os meses do ano e em todas as microrregiões, graças às particularidades de clima e solo que o estado possui. Mesmo assim, acredita-se que muitos dos tradicionais bataticultores catarinenses estejam abandonando essa cultura e investindo suas economias em atividades

mais rentáveis, pois apesar de todas as características favoráveis para este cultivo, esta é uma lavoura altamente susceptível a doenças e bastante vulnerável a fatores climáticos adversos.

A bataticultura é desenvolvida em duas safras bem distintas: a primeira é a safra das águas, sendo esta a mais significativa, tanto em área plantada como em regiões que a cultivam; e a segunda é a safra das secas, que apresenta limitações à sua área de abrangência.

A junção da produção de ambas as safras perfazem o volume total produzido de batata inglesa no estado, cujos dados entre os anos de 1979 e 1999 estão disponíveis na tabela 9. Vale ressaltar que a produção de batata em 1998 participou com aproximadamente 1,08% do total de VBP agropecuário do estado (Síntese, 1998).

TABELA 9
Área colhida, produção e rendimento da Batata

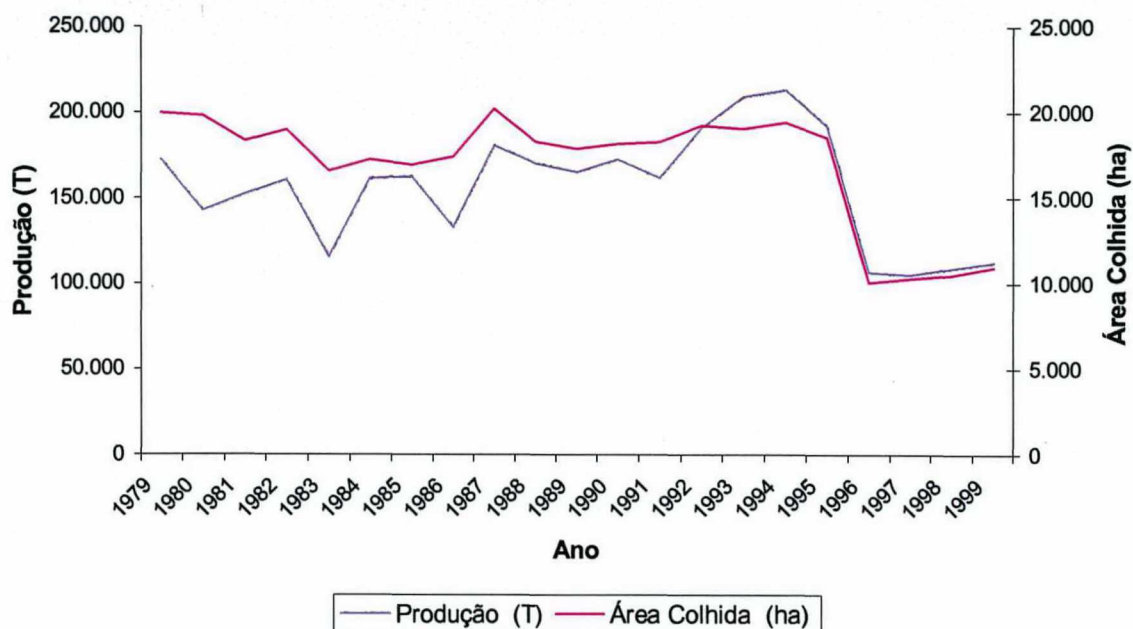
Ano	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento Médio (T/ha)
1979	19.949	172.617	8,65
1980	19.823	142.876	7,21
1981	18.327	151.963	8,29
1982	18.975	160.912	8,48
1983	16.580	115.498	6,97
1984	17.236	161.373	9,36
1985	16.947	162.716	9,60
1986	17.435	132.828	7,62
1987	20.230	180.587	8,93
1988	18.281	170.049	9,30
1989	17.877	165.198	9,24
1990	18.136	172.422	9,51
1991	18.256	162.052	8,88
1992	19.250	190.761	9,91
1993	19.050	209.359	10,99
1994	19.431	213.258	10,98
1995	18.550	192.552	10,38
1996	10.087	107.068	10,61
1997	10.309	105.432	10,23
1998	10.500	109.326	10,41
1999	10.955	112.451	10,26

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, de 1979 a 1989 e de 1990 a 1999 dados fornecidos pelo Instituto CEPA/SC.

Como se pode observar no gráfico 8, a produção de batata apresentou-se instável durante o período analisado. Vários foram os fatores que provocaram

estas variações, alguns pertinentes ao longo dos anos como a má comercialização do produto e os elevados preços dos insumos.

GRÁFICO 8
Evolução da Produção e da Área Colhida da Batata



Além dos fatores citados acima, as baixas cotações recebidas pelos produtores geraram um clima de descontentamento em 1982, provocando uma queda na produção em aproximadamente 45.400 toneladas em 1983, pois não chegavam a cobrir os custos de produção (Síntese, 83/84).

Em 1984 e 1985 houve uma recuperação da produção, chegando 162.716 toneladas. Este bom desempenho decorreu dos bons preços recebidos pelos produtores no final do ano de 1983, estimulando-os a incrementar a área a ser plantada, sobretudo no cultivo das safras das águas. Também contribuiu para este crescimento a adoção de novas tecnologias de produção e o clima favorável verificado durante praticamente todo o período de desenvolvimento da cultura (Síntese, 86/87).

A produção volta a cair em 1986 que, além da má comercialização obtida na safra 84/85, a estiagem também atingiu a primeira safra (a das águas), o que puxou a produção total do tubérculo para baixo. Recupera-se em 1987 pois os

preços tornam-se mais atrativos para a comercialização da safra de 1986, pois o mercado se encontrava com a oferta de batatas reduzida (Síntese, 87/88).

A partir de 1987, a produção de batatas no estado seguiu com pequenas variações até alcançar a marca de 213.258 toneladas produzidas do produto em 1994, decorrente principalmente do aumento da área de plantio e às boas condições climáticas no decorrer do ciclo da cultura (Síntese, 88/89).

Contudo, a produção volta a níveis normais estabilizando-se até o final do período, já que a bataticultura é uma atividade de pequenos e médios produtores rurais e a produção, com algumas exceções, é direcionada principalmente ao abastecimento interno.

Lamenta-se ainda que as evoluções tecnológicas se concentram nas mãos de poucos, porém grandes produtores. Isto porque, como já foi visto no capítulo anterior, no que se refere a evolução do crédito em Santa Catarina, o crédito disponível pelo SNCR vem sendo cada vez mais reduzido, ficando o produtor rural mais dependente de outras alternativas de fontes de recursos como a boa comercialização, por exemplo, que acaba por incrementar seus recursos próprios, podendo assim reinvesti-los na sua própria produção, formando um ciclo virtuoso. Contudo, nem sempre a comercialização, ou o clima, são favoráveis à produção, o que torna o produtor ainda dependente do crédito rural subsidiado pelo governo.

4.2.1.4 Milho

O milho é o principal produto em importância no estado de Santa Catarina, tanto em produção como em área plantada e na formação do Valor Bruto do subsetor lavouras. Em 1998, a produção de milho participou em cerca de 10,34% do total do VBP agropecuário do estado. É uma cultura predominantemente de pequena propriedade, sendo que grande parte destes produtores se dedica à criação de suínos (Síntese, 1998).

A produção de milho no estado é considerada complexa pois esta tem uma relação direta com a suinocultura e a avicultura. O bom desenvolvimento deste dois mercados é que vai estimular a produção do milho.

A tabela 10 nos mostra a evolução da produção de milho no estado, bem como a evolução da área plantada e do rendimento durante o período de 1979 a 1999.

TABELA 10
Área colhida, produção e rendimento do Milho

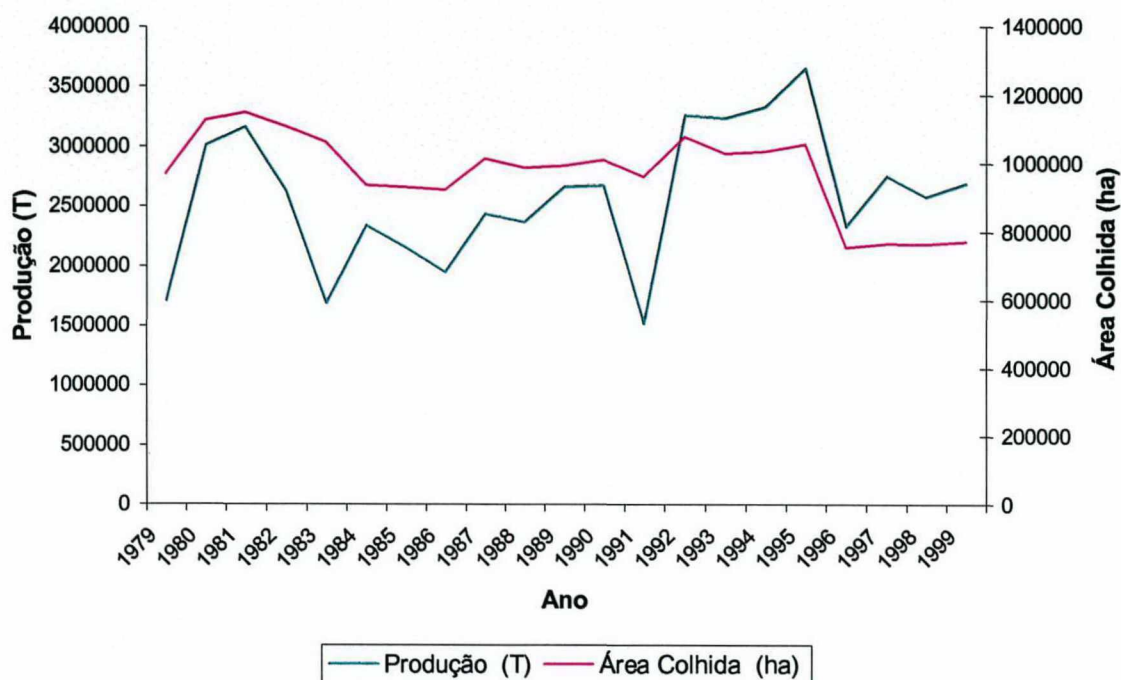
Ano	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento Médio (T/ha)
1979	969.472	1.708.649	1,76
1980	1.127.461	3.009.995	2,67
1981	1.150.000	3.162.590	2,75
1982	1.108.615	2.628.756	2,37
1983	1.062.521	1.687.355	1,59
1984	937.731	2.345.209	2,50
1985	932.094	2.159.049	2,32
1986	923.958	1.951.299	2,11
1987	1.015.375	2.440.467	2,40
1988	988.000	2.371.470	2,40
1989	994.668	2.662.995	2,68
1990	1.011.565	2.674.350	2,64
1991	962.715	1.523.638	1,58
1992	1.078.151	3.261.000	3,02
1993	1.030.511	3.235.251	3,14
1994	1.035.884	3.331.261	3,22
1995	1.056.244	3.651.206	3,46
1996	755.611	2.332.337	3,09
1997	766.512	2.755.784	3,60
1998	765.277	2.580.846	3,37
1999	772.193	2.690.312	3,48

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, de 1979 a 1989 e de 1990 a 1999 dados fornecidos pelo Instituto CEPA/SC.

A produção de milho variou muito ao longo do período analisado, observando-se quedas e elevações bruscas. Já em relação a área colhida, as oscilações foram um pouco menores. Tais variações estão ilustradas no gráfico 9.

A elevação observada já no começo do período (safra 80/81) foi decorrente da melhora do mercado de aves, pela maior substituição de carne bovina pela de aves, fazendo com que estimulasse o plantio e o aumento da área a ser plantada.

GRÁFICO 9
Evolução da Produção e da Área Colhida do Milho



A queda registrada na safra 81/82 originou-se da má comercialização da safra anterior, em consequência dos preços baixos recebidos pelos produtores. Apesar de os preços dos suínos se elevarem na safra seguinte (82/83), que tornava atrativo o plantio do milho, os preços continuaram baixos o que prejudicou a comercialização, bem como interferia na decisão de plantio do agricultor. Isto justifica a queda do rendimento verificado entre os anos de 1981 e 1983 (Síntese, 82/83).

Para 1984, a produção volta a patamares considerados normais devido à perspectiva de bons preços para a comercialização e a boa remuneração recebida pelos suinocultores e avicultores em 1984. Além disso, o incremento da produção veio com a liberação da exportação de milho pelo governo. Contudo, tal exportação para este ano iria ser incrementada com as reservas (milho em estoque), já que a produção brasileira de milho tem-se mostrado até então insuficiente para atender a demanda devido ao expressivo consumo do setor avícola e suínico (Síntese, 83/84).

Apesar de uma queda na produção da safra 85/86 provocada por uma forte estiagem que assolava o estado, a produção permanece quase que constante até o ano de 1991 onde ocorre uma violenta queda na produção, apresentando a menor produção de todo o período analisado: 1.523.638 toneladas do produto.

A redução da área colhida observada na tabela 10, é também refletida na queda brusca da produção em 1991, decorrente de fatores climáticos adversos.

Se o clima foi desfavorável em 1991, para 1992 foi excelente tanto para o plantio, como para o desenvolvimento do milho, proporcionando uma farta colheita para este último ano (Síntese, 1993).

A produção atingiu o recorde do período em 1995, chegando à marca de 3.651.206 toneladas do cereal, ilustrada no gráfico 9. O crescimento, que já vinha acontecendo desde 1992, foi provocado por fatores determinantes para o incremento da produção tais como: o clima favorável durante o período; ao bom desempenho da comercialização das safras anteriores; e, principalmente ao maior uso de tecnologias nas lavouras catarinenses. Outros fatores contribuíram para este incremento da produção a partir de meados de outubro de 1995, sendo eles o enxugamento da oferta, o baixo estoque dos particulares devido aos altos juros e a inviabilidade de importações, em razão do crescimento dos preços internacionais e da proibição de financiamento externo, acarretando o aquecimento sensível dos preços (Síntese, 1996).

Apesar dos indícios de super produção de milho no estado de Santa Catarina pelos bons fatores apresentados acima, a má comercialização desta safra, a descapitalização dos produtores e a melhora dos preços da soja repercutiram negativamente na intenção de plantio para as próximas safras, levando principalmente a uma diminuição do uso de insumos.

A descapitalização dos produtores ocorreu por causa dos investimentos aplicados no plantio da safra 94/95, usados para o aumento da utilização de insumos que refletiu no incremento da área a ser colhida e da produção em 1995. Contudo, como já foi dito anteriormente, os preços do milho não atingiram um patamar suficiente para que o produtor cobrisse seus custos de produção, o que ocasionou descontentamento entre os produtores. Como os preços da soja foram mais atrativos (proporcionando maior rendimento ao produtor) e, como o plantio de milho pode ser facilmente trocado pela cultura de soja (e vice-versa), os

produtores assim o fizeram, acarretando assim numa redução da área colhida para o ano seguinte. O gráfico 9 ilustra esta queda brusca de 1995 para 1996 (Síntese, 1996).

Portanto, pode-se concluir que a cultura do milho é extremamente dependente do mercado de aves e suínos, e do bom desempenho de outras culturas como a soja, por exemplo, mostrando que o produtor de milho não depende apenas do crédito rural concedido pelo SNCR.

No restante do período, as variáveis se mantiveram praticamente constantes, com pequenas variações.

4.2.1.5 Soja

A produção de soja é um dos cultivos mais importantes para o estado de Santa Catarina. Era plantada por um grande número de pequenos agricultores e a produção se concentra, em grande parte, nas propriedades de grande porte onde, segundo o Censo de 1980¹², 50% da produção estadual provinha de apenas 8% dos agricultores. Em 1998, a produção de soja foi responsável por 3,44% do VBP agropecuário de Santa Catarina (Síntese, 1998).

Durante o período aqui analisado (1979 – 1999), a produção de soja apresentou várias oscilações, como se pode observar na tabela 11. No gráfico 10 pode-se visualizar tais variações.

As variações bruscas começam logo no início, em 1980, com uma grande elevação na produção, registrando a produção máxima do período analisado, com 718.764 toneladas de soja produzidas no estado.

¹² Censo Agropecuário – Santa Catarina. Rio de Janeiro – IBGE 1980.

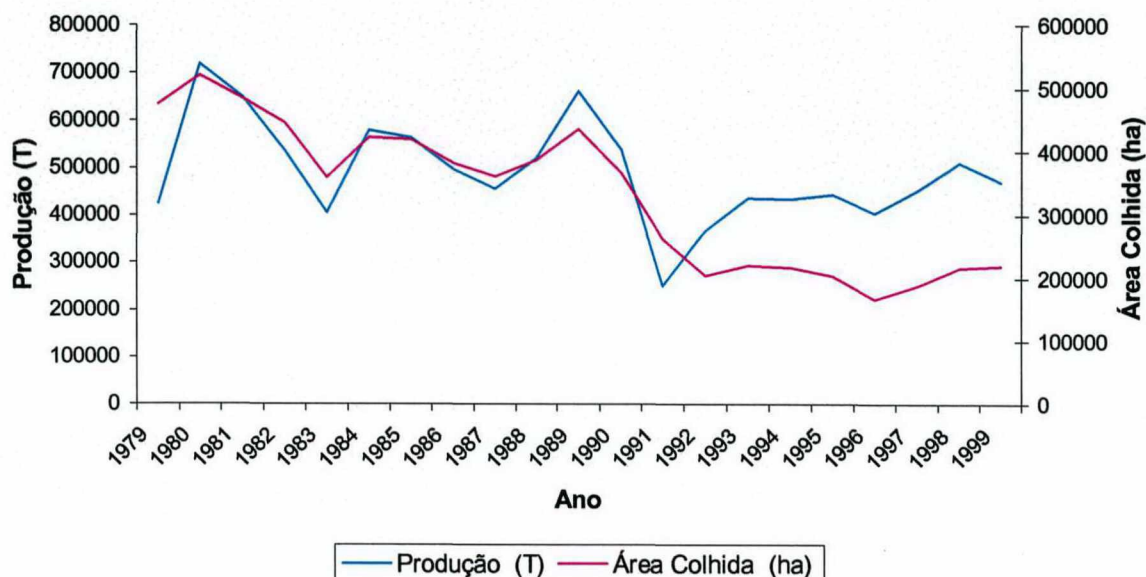
TABELA 11
Área colhida, produção e rendimento da Soja

Ano	Área Colhida (ha)	Produção (T)	Rendimento Médio (T/ha)
1979	475.385	425.111	0,89
1980	520.401	718.764	1,38
1981	483.882	648.196	1,34
1982	445.700	534.652	1,20
1983	359.455	405.397	1,13
1984	422.446	578.769	1,37
1985	420.130	563.882	1,34
1986	382.490	498.034	1,30
1987	361.765	455.317	1,26
1988	386.648	519.975	1,34
1989	436.435	660.567	1,51
1990	366.143	537.365	1,47
1991	261.684	249.484	0,95
1992	203.727	367.364	1,80
1993	220.211	435.208	1,98
1994	217.266	434.345	2,00
1995	204.008	444.107	2,18
1996	167.368	404.876	2,42
1997	188.497	452.941	2,40
1998	217.297	511.691	2,35
1999	220.105	471.619	2,14

Fonte: Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, de 1979 a 1989 e de 1990 a 1999 dados fornecidos pelo Instituto CEPA/SC.

Contudo, tal desempenho não permaneceu nos anos seguintes, verificando-se uma queda constante até meados de 1983. A soja é um produto muito dependente do mercado internacional por ser um dos produtos mais produzidos no mundo todo. Em consequência, as variações da cotação de preços internacionais afetam sensivelmente os preços nacionais que, neste caso, acabaram sendo baixos e desestimulantes para o plantio destas safras (81/82, 82/83) pois a produção de milho estava apresentando nos anos anteriores uma melhor remuneração e assim os produtores optavam pela troca de culturas: ao invés da soja, plantavam milho (Síntese, 83/84).

GRÁFICO 10
Evolução da Produção e da Área Colhida da Soja



Apesar da baixa expectativa criada pelos agricultores em relação à safra 83/84, esta se desenvolveu muito bem. Os preços da safra anterior foram satisfatórios pois, além de ter ocorrido a quebra de safra local e nacional, estes preços foram muito influenciados pelas adversidades climáticas que atingiram as lavouras norte-americanas, fazendo com que os preços internacionais se elevassem a um nível estimulante e revertendo aquela tendência declinante (Síntese, 84/85).

Mesmo assim, as culturas de milho e feijão estavam rendendo mais que a soja, fazendo com que o produtor, além de trocar o produto para cultivo, reduziu a área plantada, devido principalmente à não liberação de crédito para investimento para a abertura de novas áreas mecanizadas (Síntese, 84/85).

O aumento da produção para a safra 83/84 se deu pelas altas cotações da soja no mercado internacional em 1983 e às boas expectativas de preços para comercialização em 1984. Mas, devido à escassez e do aumento dos preços das sementes, houve uma estagnação da expansão desta cultura, já que os custos de investimento ficaram mais elevados (Síntese, 84/85).

As safras seguintes (85/86 e 86/87) foram afetadas por uma forte estiagem que assolou o estado de Santa Catarina, reduzindo a produção e o rendimento. Outros fatores que contribuíram para esta redução foram: a limitação

dos recursos disponíveis para o financiamento de custeio; o encarecimento dos custos de produção; os baixos preços obtidos na comercialização em 1985 e recursos próprios reduzidos (Síntese, 87/88).

Esta dificuldade acabou sendo compensada pela disposição dos grandes e médios produtores a plantarem na mesma área, embora reduzindo a utilização de insumos, que veio a refletir em uma queda constante da produção até meados de 1988, quando retoma o crescimento.

A comercialização da safra 87/88 apresentou melhora em relação às outras safras anteriores, por causa das boas cotações internacionais da soja-grão, pelas estimativas de redução de plantio da safra norte-americana; aumento da demanda mundial por grãos e a expressiva queda do dólar. Tais fatores agem conjuntamente sobre a decisão do agricultor que acaba se sentindo estimulado a plantar a soja e, em 1989, atinge a segunda maior produção registrada no período com 660.567 toneladas do grão (Síntese, 88/89).

Todavia, a comercialização desta excelente safra, foi péssima no estado de Santa Catarina, assim como em todo o Brasil devido à tendência declinante das cotações do grão. Como decorrência disso e do retardamento das vendas¹³ os preços recebidos pelos produtores catarinenses foram sensivelmente inferiores aos esperados. E quanto mais tarde o agricultor efetuava sua venda, na expectativa que houvesse uma melhora nas condições do mercado (e do preço), mais prejuízo ele viria a ter pois os preços estabelecidos mais tarde foram os mais baixos registrados nos últimos anos até então (Síntese, 89/90).

O mau andamento do mercado de soja reflete no plantio da safra 89/90 e 90/91, que tem sua área reduzida em consórcio com o milho. Em 1991, a produção de soja registra a menor produção verificada no período de 1979 a 1999, com apenas 249.484 toneladas do grão, vindo a se recuperar nos anos seguintes.

Este significativo aumento da produção a partir de 1992, mais intensamente em 1993, foi em decorrência do desestímulo causado pela má comercialização da safra de milho devido às incertezas quanto à sustentação da política de preços mínimos para as culturas de consumo interno (especialmente o

¹³ O retardamento das vendas foi uma medida tomada em virtude da expectativa de que possíveis problemas com a safra americana viriam a trazer alguma reviravolta no mercado brasileiro. (Síntese, 89/90)

milho) e a boa recuperação dos preços internos da soja no segundo semestre de 1992, que levou os sojicultores a aumentar o plantio. Também vale ressaltar que as condições climáticas favoráveis foram boas aliadas para o incremento da área colhida, refletindo num aumento do rendimento.

Apesar da pequena queda da produção ocorrida em 1996, a safra 96/97 foi estimulada pelos bons preços no final de 1996. A comercialização foi favorável e o fortalecimento das cotações internacionais, bem como o aumento das exportações de grãos (decorrente da isenção de ICMS sobre as vendas ao exterior) provocaram um enxugamento rápido da oferta, proporcionando um expressivo suporte aos preços internos, que foram ainda mais favoráveis em 1997, ocasionando um incremento da produção para o ano seguinte (Síntese, 1998).

Conclui-se que, por ser o produto mais produzido no mundo todo, a soja tem sua produção muito mais dependente do crédito rural concedido pelo SNCR em comparação aos outros produtos. Isto porque, pela soja ser um produto de mercado "internacional", ela precisa ser produzida em grande escala e com qualidade capaz de competir no mercado interno e externo. Para tanto, necessita dos recursos disponibilizados pelo governo para que possa fazer o investimento necessário para garantir competitividade no mercado internacional.

O rendimento da soja, assim como de todos os produtos analisados acima, foram crescentes ao longo do período 1980 – 1999. Os gráficos referentes ao comportamento do rendimento de cada produto estão em anexo ao final deste trabalho. Os rendimentos do alho, do milho e da soja foram os mais instáveis durante o período mas, ainda sim, apresentaram forte tendência de crescimento.

Vale ainda fazer uma ressalva muito importante: o fumo, produto do qual não foi analisado neste trabalho devido a um contratempo, é o segundo produto que mais participa do Valor Bruto de Produção agropecuária de Santa Catarina depois do milho. Em 1998, sua participação foi de 9,94% do total do VBP da agropecuária (Síntese, 1998).

CAPÍTULO V

5. Conclusão e Recomendações Finais

5.1 Conclusão

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR é um marco para a história do crédito rural no Brasil. Criado em 1965 e institucionalizado em 1967, tinha como objetivo promover o desenvolvimento rural ordenado no país, estimulando os investimentos rurais e financiando o custeio oportuno e a comercialização de produtos agropecuários. Assim, o SNCR tornou-se o principal instrumento do Governo brasileiro para a execução de sua política agrícola.

Contudo, a concessão de crédito rural disponível por este Sistema, tendo como intermediação financeira os bancos, sempre foi vulnerável às políticas econômicas adotadas desde sua criação até os dias atuais.

Fazendo-se uma breve retrospectiva da evolução dos financiamentos concedidos aos produtores e cooperativas no Brasil de 1965 a 1980, notaremos que tais recursos eram disponibilizados mais facilmente (exceto em 1966 e 1967 onde apresentou uma pequena retração) e de forma barata, ou seja, havia certa facilidade em expandir estes créditos, como também em repassá-los aos beneficiados. O crédito altamente subsidiado tornou-se a característica fundamental deste período.

Porém, este subsídio concedido ao produtor rural é considerado um gasto para o governo. E este, assim como todos os outros gastos do governo, veio a se tornar um problema grave para a economia brasileira principalmente a partir da década de oitenta, quando a economia brasileira começava a se mostrar cada vez mais frágil. A partir daí, todas as políticas econômicas adotadas visavam ao menos estagnar, se não reduzir, os altos índices de inflação, administrar a dívida

externa que crescia a cada ano e controlar os gastos públicos, responsável pelo desequilíbrio das contas internas do país.

Uma das medidas que o governo adotou com o objetivo principal de reduzir seus gastos foi a diminuição de recursos disponíveis para a concessão de crédito agrícola no país. Desde então, a disponibilidade de recursos vem caindo constantemente, fazendo com que os produtores buscassem novas fontes de recursos para sua produção.

Além da escassez de recursos disponíveis, a concessão destes créditos era selecionada por finalidades, dividindo-se entre custeio, investimento e comercialização, sendo que para a primeira foram destinadas a maior parte dos recursos, recebendo em média, 66,14% do total de crédito concedido em todo o período, seguido pela comercialização com 16,97% e por fim pelo investimento participando, em média, com cerca de 16,89% do total.

Em 1999, Santa Catarina recebeu 7,35% do total dos créditos concedidos em todo país pelo SNCR. No estado, a exemplo do Brasil, a maior parte de seus recursos tem por finalidade o custeio (68,35%). Contudo, a parcela relativa à comercialização (19,83%) no ano foi superior à do investimento (11,82%).

Apesar de o crédito agrícola mostrar quedas efetivas ao longo dos últimos vinte anos, a produção de alimentos em Santa Catarina vem apresentando-se crescente no mesmo período. Contudo, isto não significa que a agricultura catarinense não dependa de crédito para o seu desenvolvimento. Muito pelo contrário: é essencial a participação do crédito na produção agrícola do estado. Todavia, este crédito não necessariamente precisaria vir do Sistema Nacional de Crédito Rural, como já foi comprovado no decorrer deste trabalho. Outras variáveis são determinantes na decisão do produtor na hora de efetivar o plantio, de expandir (ou retrain) a área a ser plantada ou até mesmo de incrementar sua produção pela maior utilização de insumos e tecnologia, sendo a principal delas a boa comercialização das safras.

Uma boa comercialização significa que o produtor realizou uma boa venda da sua produção, com preços capazes de incentivá-lo a fazer o plantio da safra seguinte. A boa comercialização não depende apenas de preços; é necessário que o produtor tenha uma infra-estrutura adequada para fazer a armazenagem da produção, bem como obter um bom escoamento da mesma. Contudo, o preço é o carro chefe de uma comercialização bem sucedida, pois é

deste mecanismo que depende o lucro do agricultor; lucro este que vai incrementar sua próxima safra sem que, necessariamente, contraia dívidas junto ao sistema financeiro nacional.

Portanto, pode-se afirmar que cada vez mais a produção agrícola de Santa Catarina torna-se independente dos financiamentos concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

5.2 Recomendações Finais

Fica aqui a proposta de dar continuidade a esta incessante pesquisa e de aprofundar ainda mais os estudos sobre o crédito rural no Brasil e seus reflexos sobre a produção em Santa Catarina, pois só assim encontraremos novas alternativas para este grave problema de escassez de recursos para o país, como para o nosso estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAUJO, P.F.C.de., SCHUCH, G.E. *Desenvolvimento da agricultura* Coord. Paulo Fernando Cidade de Araújo e G. Edward. São Paulo: Pioneira, 1975.
- BELLUZZO, L.G.M., ALMEIDA, J.S.G.de. A crise da dívida externa e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: Belluzzo, L.G.M., Batista Jr., P.N. (orgs). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 25-50, 1992.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. Departamento de Cadastro e Informações. *Anuário Estatístico de Crédito Rural*. Brasília: Bacen, vários anos.
- BRUM, Algemiro Jacob. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 12 ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí, RS: FIDENE, 1993.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GUIMARÃES, Mário Kruel. *Crédito rural: enfoques da política agrária brasileira*. São Paulo: Nobel, [19--].
- LEITE, Sérgio Pereira. In: *Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996)*. Rio de Janeiro. [199-].
- MONTEZANO, Roberto M. S.; OLIVEIRA, João do Carmo. *Os limites das fontes de financiamento à agricultura no Brasil*. São Paulo: Estudos Econômicos, 1982.
- NÚMEROS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2001.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia*. 6 ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SAYAD, João. *Crédito rural: avaliação das críticas e das propostas de reforma*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: Liv. Pioneira Ed., 1984.
- SINGER, Paul. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1982 – 2000.
- SÍNTESE INFORMATIVA SOBRE AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 1979 – 1981.

A N E X O S

ANEXO I

**Financiamentos concedidos e valor dos financiamentos concedidos
aos produtores e às cooperativas de todo o Brasil pelo
Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos**

ANO	Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas brasileiros					
	Contratos			Valor		
	Total	Atividades		Total	Atividades	
		Agrícola	Pecuária		Agrícola	Pecuária
1980	2.766.061	2.118.272	647.789	859193128000	699118076000	160075052000
1981	2 612 909	2 165 703	447 206	1563090171000	1337898599000	226191572000
1982	2 604 090	2 055 709	548 381	2960273000000	2530198000000	430075000000
1983	2 470 149	2 117 057	353 092	5687786000000	4910416000000	777370000000
1984	1 585 424	1 355 752	229 672	11138665000000	9893116000000	1245549000000
1985	2 271 316	2 011 879	259 437	51705203000	47347312000	4357891000
1986	3 022 604	2 619 938	402 666	186780085000	148510850000	38269235000
1987	2 660 197	2 395 914	264 283	478278934000	419821707000	58457227000
1988	1 284 997	1 222 367	62 630	2658106744000	2476556354000	171550391000
1989	791 981	738 442	53 539	2648106745000	3266836200	1666702000
1990	815 484	698 906	116 578	557089211000	506447136000	50642075000
1991	927 631	824 884	102 767	2958342825000	2722723340000	235619485000
1992	756 661	687 275	69 386	35799339000000	33267813000000	2531526000000
1993	695 339	563 006	132 333	677435000000	597279000000	80156000000
1994	893.407	759.132	134.275	9325000000	8242000000	1082000000
1995	795 206	555 943	239 263	6482000000	5097000000	1385000000
1996	1 039 730	705 539	334 191	6293000000	4819000000	1474000000
1997	1 010 173	743 321	266 852	9839522000	7336240000	2503283000
1998	1 416 317	933 370	482 947	11133827728	8286041235	2847786493
1999	1 395 621	1 060 282	335 339	11786166116	9175946316	2610219800

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil dos anos referentes acima.

Notas: 1. Os valores de 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984 estão expressos em Cr\$.

2. Os valores de 1985, 1986 e 1987 estão expressos em Cz\$.

3. Os valores de 1988, 1989 e 1990 estão em Cz\$, NCz\$ e Cr\$, respectivamente.

4. Os valores de 1991 e 1992 estão expressos em Cr\$ e os valores de 1993 em CR\$.

5. Os valores de 1994 e posteriores estão expressos em R\$.

ANEXO II

**Financiamentos concedidos e valor dos financiamentos concedidos
aos produtores e às cooperativas de Santa Catarina pelo
Sistema de Crédito Rural – Valores Brutos**

ANO	Financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas catarinenses					
	Contratos			Valor		
	Total	Atividades		Total	Atividades	
		Agrícola	Pecuária		Agrícola	Pecuária
1980	202 814	150 556	52 258	32820806000	21885337000	10935469000
1981	192 076	162 942	29 134	27711724000	45735998000	11975726000
1982	202 751	172 753	29 998	142305000000	121498000000	20807000000
1983	241 883	216 429	25 454	221701000000	176764000000	44937000000
1984	131 856	122 679	9 177	453689000000	388807000000	64882000000
1985	177 839	167 458	10 381	2432544000	2150472000	282072000
1986	258 566	241 880	16 686	8457261000	6701704000	1755557000
1987	173 608	163 362	10 246	20567950000	15655837000	4912113000
1988	148 003	141 720	6 283	118287852000	91928566000	2635926000
1989	103 771	94 839	8 932	1183467000	787363000	396104000
1990	94 911	90 183	4 728	29950635000	23564581000	6386054000
1991	147 755	140 699	7 056	174416000000	141422000000	32995000000
1992	127 972	119 901	8 071	2140719000000	1759148000000	381571000000
1993	100 712	92 124	8 588	50252000000	45139000000	5113000000
1994	103 837	96 688	7 149	374000000	330000000	44000000
1995	116 297	108 335	7 962	465000000	382000000	83000000
1996	148 777	142 621	6 156	483000000	378000000	105000000
1997	130 312	118 124	12 188	773439000	481534000	291905000
1998	132 442	122 132	10 310	726602000	511621000	214981000
1999	141 423	130 537	10 886	866882806	641253000	225629806

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil dos anos referentes acima.

Notas: 1. Os valores de 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984 estão expressos em Cr\$.

2. Os valores de 1985, 1986 e 1987 estão expressos em Cz\$.

3. Os valores de 1988, 1989 e 1990 estão em Cz\$, NCz\$ e Cr\$, respectivamente.

4. Os valores de 1991 e 1992 estão expressos em Cr\$ e os valores de 1993 em CR\$.

5. Os valores de 1994 e posteriores estão expressos em R\$.

ANEXO III

Financiamentos concedidos e valor dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas por finalidade para todo o Brasil pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos

Ano	Financiamento concedido aos produtores e às cooperativas brasileiros					
	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
1980	1.876.484	486.156.797.000	503.388	161.171.723.000	386.189	211.864.608.000
1981	1.944.360	917.290.056.000	434.636	241.756.801.000	233.913	405.043.314.000
1982	1.825.748	1.904.216.840.000	488.167	388.240.902.000	290.175	667.815.144.000
1983	1.670.313	3.536.593.494.000	640.388	949.626.547.000	159.448	1.201.565.875.000
1984	1.194.142	7.851.336.095.000	267.859	1.370.889.740.000	123.423	1.916.439.685.000
1985	1.804.944	36.764.747.929,17	423.561	6.701.196.638,44	42.811	8.239.258.752,40
1986	2.262.829	104.489.798.120,34	733.122	59.855.699.627,35	26.653	22.434.587.900,83
1987	2.241.926	335.544.478.373,63	373.207	81.772.173.025,40	45.064	60.962.283.045,54
1988	1.039.654	1.801.273.590.000	192.216	424.311.916.000	53.127	422.521.239.000
1989	664.531	27.462.516.593,89	88.517	3.609.657.441,60	38.933	3.262.892.564,31
1990	668.373	417.027.907.659,19	135.636	61.054.446.893,94	11.475	79.006.856.148,63
1991	797.363	2.432.252.547.080,89	120.465	251.350.497.582,06	9.803	274.739.781.055,16
1992	502.862	22.554.041.205.120,40	107.677	4.279.212.549.940,21	146.122	8.966.085.734.091,68
1993	443.513	376.629.227.852,67	178.604	139.249.365.427,07	73.222	161.556.371.955,55
1994	509.449	4.677.908.596,83	216.353	1.633.406.333,70	167.605	2.610.427.804,78
1995	472.247	4.015.904.854,03	263.913	1.405.398.992,36	59.046	1.060.295.585,58
1996	646.298	4.396.498.098,74	379.820	1.508.528.144,53	13.612	388.174.856,01
1997	724.332	6.944.515.848,65	278.518	2.005.591.835,42	7.323	889.414.590,75
1998	913.066	7460571929	480.016	2154068418	23.235	1519187381
1999	1.025.472	7989333212	343.853	2025631834	26.296	1771201070

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil dos anos referentes acima.

Notas: 1. Os valores de 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984 estão expressos em Cr\$.

2. Os valores de 1985, 1986 e 1987 estão expressos em Cz\$.

3. Os valores de 1988, 1989 e 1990 estão em Cz\$, NCz\$ e Cr\$, respectivamente.

4. Os valores de 1991 e 1992 estão expressos em Cr\$ e os valores de 1993 em CR\$.

5. Os valores de 1994 e posteriores estão expressos em R\$.

ANEXO IV

Financiamentos concedidos e valor dos financiamentos concedidos aos produtores e às cooperativas por finalidade para Santa Catarina pelo Sistema Nacional de Crédito Rural – Valores Brutos

Ano	Financiamento concedido aos produtores e às cooperativas catarinenses					
	Custeio		Investimento		Comercialização	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
1980	146.958	17.498.650.000	38.408	5.062.534.000	17.448	10.259.622.000
1981	139.676	34.212.116.000	43.298	8.763.178.000	9.102	14.736.430.000
1982	139.915	73.832.096.000	55.612	21.579.389.000	7.224	46.893.216.000
1983	205.239	144.712.978.000	34.864	29.237.870.000	1.780	47.750.932.000
1984	104.508	309.224.510.000	25.455	74.820.299.000	1.893	69.644.907.000
1985	134.420	1.412.510.312,90	41.967	446.013.688,71	1.452	574.019.854,38
1986	200.914	5.727.576.807,47	56.335	1.752.385.465,62	1.317	977.298.301,66
1987	149.609	15.079.839.348,15	21.894	2.671.255.021,64	2.105	2.816.855.806,23
1988	113.307	81.172.038.000	32.835	21.407.897.000	1.861	15.707.917.000
1989	87.675	974.613.049,26	14.854	116.759.388,36	1.242	92.094.572,13
1990	83.744	23.562.950.697,65	10.077	1.519.443.506,87	1.090	4.868.240.503,33
1991	139.424	148.507.581.729,76	7.585	11.305.750.524,80	746	14.602.973.790,41
1992	100.504	1.374.337.430.821,02	9.692	318.768.251.188,62	17.776	447.613.256.095,24
1993	88.180	35.407.887.250,25	6.848	8.991.983.175,75	5.684	5.851.817.543,80
1994	91.499	227.822.980,41	54.976	39.542.286,99	9.569	104.201.300,58
1995	101.239	362.725.752,98	3.423	24.093.454,95	11.635	75.780.594,02
1996	142.492	418.000.421,10	5.045	36.876.059,93	1.240	27.678.655,64
1997	120.254	628.246.153,33	9.702	78.314.701,12	356	66.878.584,73
1998	121.857	580.481.420,68	9.971	47.030.810,89	614	99.089.944,16
1999	132.837	637.756.402,61	7.191	56.785.349,59	1.395	172.341.053,82

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil dos anos referentes acima.

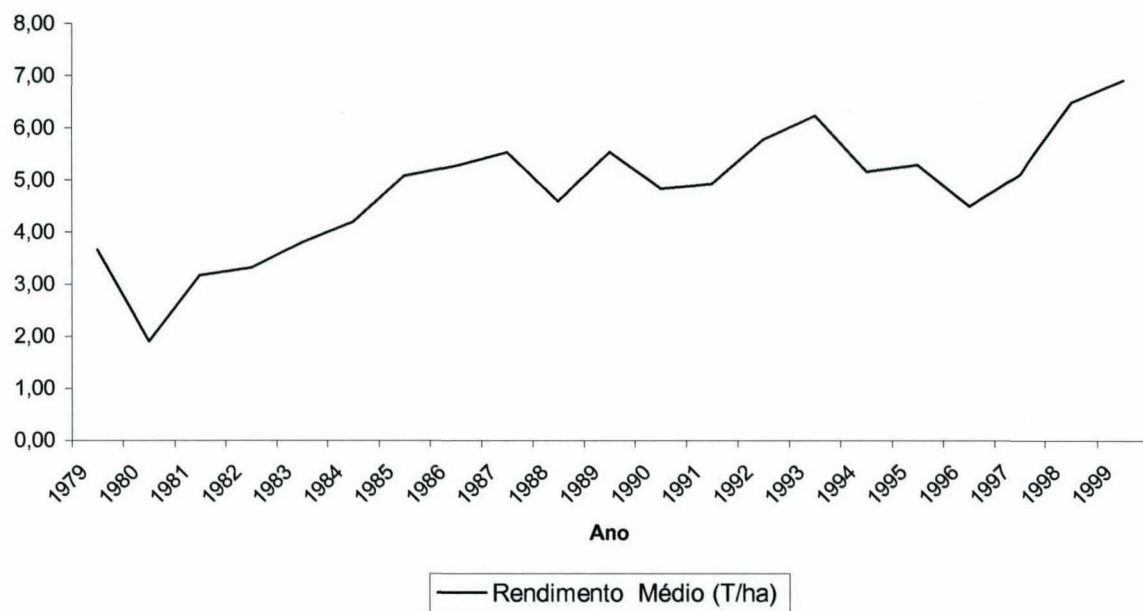
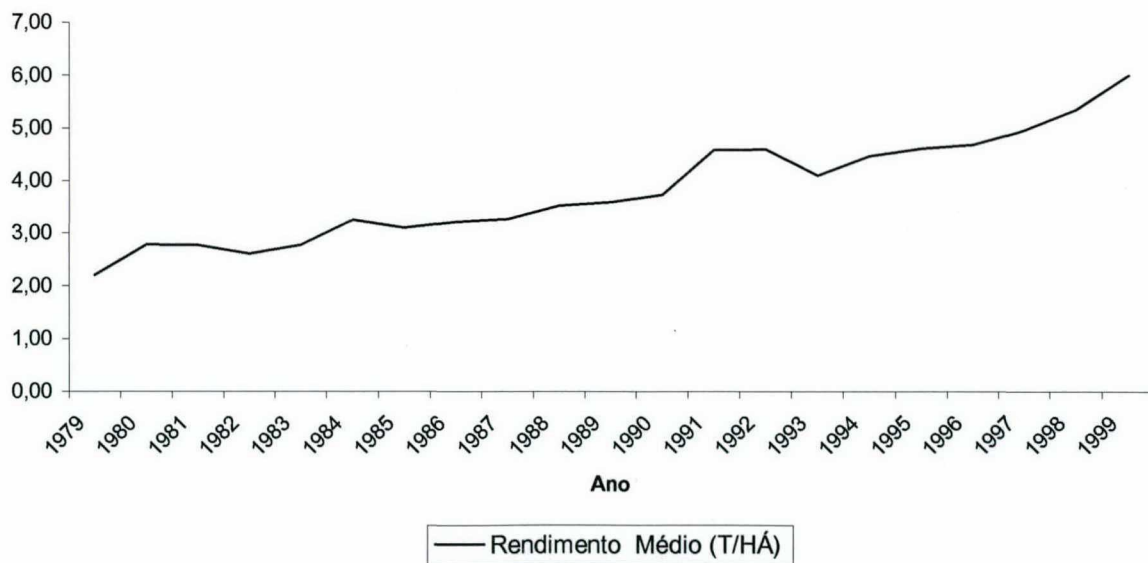
Notas: 1. Os valores de 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984 estão expressos em Cr\$.

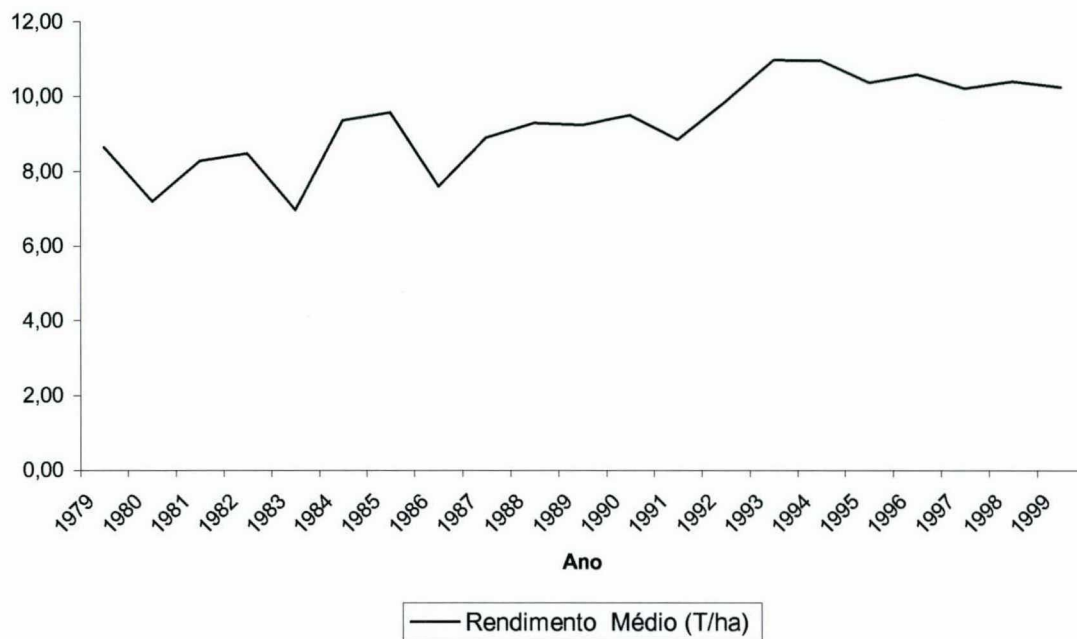
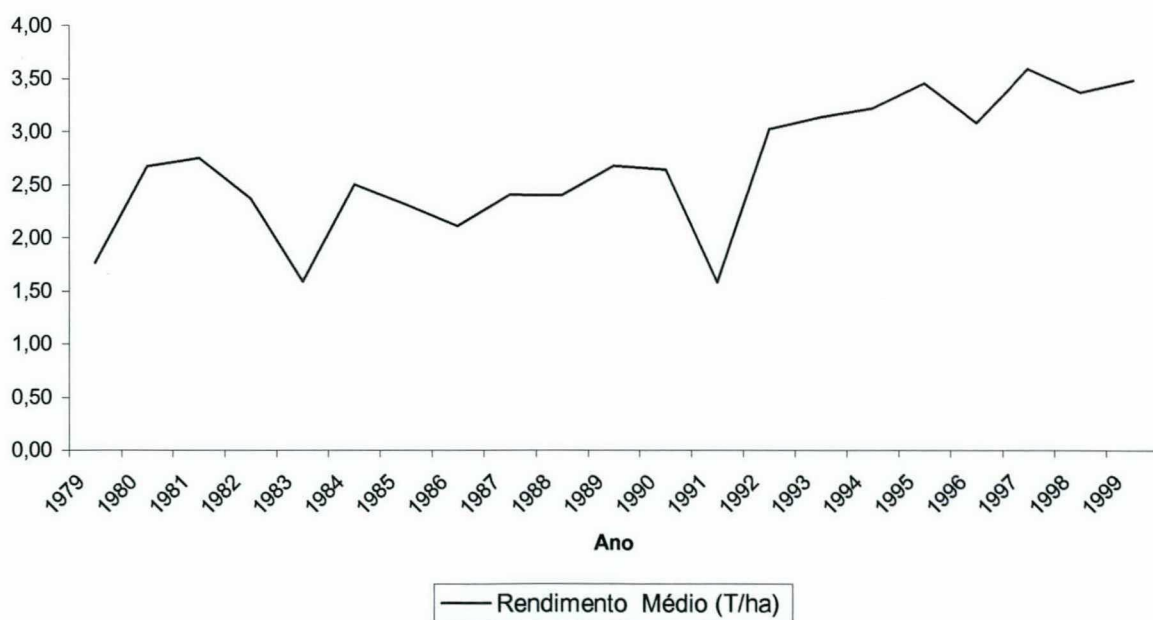
2. Os valores de 1985, 1986 e 1987 estão expressos em Cz\$.

3. Os valores de 1988, 1989 e 1990 estão em Cz\$, NCz\$ e Cr\$, respectivamente.

4. Os valores de 1991 e 1992 estão expressos em Cr\$ e os valores de 1993 em CR\$.

5. Os valores de 1994 e posteriores estão expressos em R\$.

ANEXO V**Rendimento Médio do Alho
(T/HÁ)****ANEXO VI****Rendimento Médio do Arroz
(T/ha)**

ANEXO VII**Rendimento Médio da Batata
(T/ha)****ANEXO VIII****Rendimento Médio do Milho
(T/ha)**

ANEXO IX

Rendimento Médio da Soja
(T/ha)

